UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO

ANA PAULA MAIA ESPÍNDOLA RODRIGUES

HORTAS COMUNITÁRIAS, EDUCAÇÃO POPULAR E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: APRENDIZADOS E DESAFIOS COM BASE EM UMA EXPERIÊNCIA

João Pessoa
2016

HORTAS COMUNITÁRIAS, EDUCAÇÃO POPULAR E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: APRENDIZADOS E DESAFIOS COM BASE EM UMA EXPERIÊNCIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Nutrição da Universidade da Paraíba como requisito para a obtenção do título de bacharel.

ANA PAULA MAIA ESPÍNDOLA RODRIGUES

ORIENTADOR: PEDRO JOSÉ SANTOS CARNEIRO CRUZ

João Pessoa

2016

R696h Rodrigues, Ana Paula Maia Espíndola.

Hortas comunitárias, educação popular e segurança alimentar e nutricional: aprendizados e desafios com base em uma experiência / Ana Paula Maia Espíndola Rodrigues. - - João Pessoa, 2016.

83f.: il. -

Orientador: Pedro José Santos Carneiro Cruz.
Monografia (Graduação) – UFPB/CCS.

1. Segurança Alimentar e Nutricional. 2. Horta Comunitária. 3. Educação Popular.

ANA PAULA MAIA ESPÍNDOLA RODRIGUES

HORTAS COMUNITÁRIAS, EDUCAÇÃO POPULAR E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: APRENDIZADOS E DESAFIOS COM BASE EM UMA EXPERIÊNCIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Nutrição da Universidade Federal da Paraíba, como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Nutrição.

Aprovado em 30 de Novembro de 2016.

Banca examinadora:

_____

Prof. Dr. Pedro José Santos Carneiro Cruz
Universidade Federal da Paraíba
Orientador

_____

Profª. Drª. Ana Cláudia Cavalcanti Peixoto Vasconcelos
Universidade Federal da Paraíba
Membro da banca examinadora

_____

Profª. Drª. Lucicléa Teixeira Lins
Universidade Federal da Paraíba
Membro da banca examinadora

_____

Profª. Dr. Volmir José Brutscher
Universidade Federal da Paraíba
Membro da banca examinadora

Ao Criador, que em sua infinita misericórdia e perfeição, faz do meu nada, brotar amor.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

A pessoa que sou hoje é fruto de um intenso processo de construção pessoal, espiritual e profissional que se iniciou com os aprendizados e exemplos da minha família, desde os meus avós, pais e familiares e continuou com professores, amigos e muitos dos que cruzaram em meu caminho. Afinal, pude aprender com cada um desses.

Por isso, inicio agradecendo àquele que é a razão da minha vida e da minha esperança em um mundo melhor. À Deus que é Pai misericordioso.

Aos meus pais, Claudio e Rosiany e à minha irmã, Ana Claudia, por todo suporte e compreensão. Aqueles que com todo empenho e dedicação me proporcionaram uma vida feliz e uma família unida, e sem medir esforços foram alicerces para meu crescimento.

Aos meus avôs, que já se encontram na glória de Deus, e minhas avós que sempre se orgulham e se alegram com minhas conquistas, que são exemplos de mulheres e mães que um dia me tornarei.

Ao meu orientador, Pedro Cruz, que foi muito mais que um professor ao longo dessa trajetória, mas principalmente um ser humano a quem mantenho admiração e respeito, que sabe motivar todos a sua volta e contagiar com sua alegria e determinação. Obrigado por todos os momentos que, sem perceber, você me resgatou para a Extensão Popular, quando estava prestes a desistir.

À todos os mestres e amigos do curso de Nutrição, pelo convívio, compreensão e ensinamentos. Representados pelas professoras Ana Claudia, Ilka, Sonia, Flávia, Leyliane, Pâmela e Tereza e as companheiras de sala de aula Maria Isabel, Milena, Mizaely e Renata.

Ao Programa PINAB, que me proporcionou uma mudança de vida, me fez um ser humano melhor e contribuiu decisivamente na minha formação pessoal e profissional. Obrigado por todo troca de experiências, pela construção compartilhada do saber e pelo exercício diário da amorosidade e do respeito ao outro. Em especial, aos amigos que foram confidentes e verdadeiros parceiros de extensão e da vida, representados aqui por Elina e Renan.

Aos membros da minha banca examinadora, é um prazer tê-los comigo construindo esse trabalho.

Por fim, agradeço aqueles que ao longo da graduação compartilharam comigo conquistas, preocupações, desafios, tristezas e alegrias. À todos que fizeram a caminhada mais leve, meus mais sinceros agradecimentos.

Não vos conformeis com este mundo,
mas transformai-vos pela renovação do vosso espírito,
para que possais discernir qual é a vontade de Deus,
o que é bom, o que lhe agrada
e o que é perfeito.
Carta de São Paulo aos Romanos 12,2

Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar,
mas para transformá-lo;
se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo,
devo usar toda possibilidade que tenho
para não apenas falar de minha utopia,
mas participar de práticas com ela coerentes.
Paulo Freire

RESUMO

A questão alimentar e nutricional é determinada perante o modelo de desenvolvimento econômico e social e apresenta uma complexa e abrangente discussão que atualmente perpassa a questão da fome, que assola ainda grande parte da população mundial, chegando aos modos de produção de alimentos, geração e destinação de resíduos. Considerando os aspectos socioculturais da alimentação e por acreditar no potencial das hortas comunitárias como estratégias educativas que buscam a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e do Direito Humano à Alimentação Adequada, acompanharemos, no decorrer desse trabalho, o desenvolvimento de um estudo sobre Hortas Comunitárias, promovido a partir de uma experiência vivenciada no Programa de Extensão Universitária PINAB com elementos teóricos metodológicos da Educação Popular. Deste modo, buscou-se identificar desafios, potencialidades e significados do processo de construção da horta comunitária, através da reconstituição histórica dessa experiência. O caminho investigativo foi construído através de uma pesquisa com abordagem qualitativa de caráter descritivo e com ênfase na perspectiva da pesquisa-ação e foram utilizadas três tipos de técnicas a fim de coletar informações que permitissem alcançar os objetivos acima delineados: a pesquisa bibliográfica, o grupo de discussão e a consulta documental. Os sujeitos participantes da pesquisa foram escolhidos de forma intencional e o critério que orientou essa escolha foi a participação ativa no processo de construção da Horta Comunitária do PINAB. Após as reflexões decorrentes da pesquisa, pode-se constatar que a Horta Comunitária é uma estratégia potente para a promoção da SAN, além de ser um espaço educativo e transformador, principalmente no contexto aqui relatado, uma vez que o PINAB sempre buscou ao longo dessa construção, não apenas promover atividades de plantio, mas principalmente, atividades de compartilhamento de saberes e experiências, bem como atividades integrativas de criação de vínculo, abordando a questão alimentar para além do modelo prescritivo e biologicista. Portanto, a partir de nossa experiência, avaliamos que a Horta Popular Boa Esperança impulsionou aprendizados e reflexões sobre o sistema alimentar ao qual estamos inseridos e principalmente sobre a mobilização, participação popular e construção coletiva de novos caminhos e possibilidades de transformação social.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional, Horta Comunitária, Educação Popular

ABSTRACT

The food and nutritional issue is determined by the economic and social development model and brings up a complex and wide discussion that lately passes through the hunger issue – an issue that still plagues part of the world population, getting to the ways of food production, generation and destination of residues and the diverse aspects related to the people feeding practice. Considering the sociocultural aspects of feeding and for trusting the potential of the community garden as an educational strategy that seek for the promotion of Food and Nutritional Security and The Human Right to Adequate Food, a study about Community Garden based on an experience lived in the Outreach Program PINAB with theoretic-methodological elements of Popular Education will be shown in this work. Thenceforth, challenges, potentialities and meanings of the process of building the Community Garden were sought through the historical reconstitution of this experience. The investigative path was built from a descriptive qualitative research with emphasis in the action research perspective and there have been used three kinds of techniques in order to collect information that would make it possible to reach the objectives listed above: the bibliographic research, the discussion group and the documentary consultation. The participant subject of the research were chosen intentionally and the criteria was the active participation on the process of building the Community Garden of PINAB. After the reflecting upon the research, it can be seen that the Community Garden is a powerful strategy for the promotion of Food and Nutritional Security, in addition to being an educative and converting space, especially in the context reported here, since the food issue is seen as something beyond the prescriptive and biologist model. Therefore, based on this experience it can be concluded that the Community Garden “Boa Esperança” has led to learning and reflections upon the food system in which people are inserted and mainly about mobilization, popular participation and collective construction of new ways and possibilities of social change.

Keywords: Food and Nutritional Security, Community Garden, Popular Education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRANDH – Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos

ACS – Agente Comunitário de Saúde

ANEPS – Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular em Saúde

APS – Atenção Primária à Saúde

CNA – Comissão Nacional de Alimentação

CNSAN – Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

INAN – Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição

LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutriconal

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MOPS – Movimento Popular de Saúde

ONU – Organizações das Nações Unidas

PINAB – Práticas Integrais de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONAN – Programa Nacional de Alimentação e Nutrição

PSS – Processo Seletivo Seriado

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SAPS – Serviço de Alimentação e Previdência Social

SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SUS – Sistema Único de Saúde

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

USF – Unidade de Saúde da Família

LISTA DE QUADROS

Tabela 1 Quadro síntese com as ações do PINAB 15
Tabela 2 Quadro demonstrativo da bibliografia utilizada 25

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Reunião com lideranças da Comunidade Boa Esperança, Casa de Dora, 2013. 46
Figura 2 Caminhada de divulgação da proposta da horta comunitária, Boa Esperança, 2014. 47
Figura 3 Mutirão de limpeza do terreno às margens do Rio Jaguaribe, Boa Esperança, 2014. 47
Figura 4 Novo espaço definido para a construção da horta comunitária, Boa Esperança, 2014. 48
Figura 5 Santo da Terra e Dona Marina (uma das senhoras participantes do grupo, Boa Esperança, 2014) 49
Figura 6 Tomate cereja e batata doce colhidos, Boa Esperança, 2015. 49
Figura 7 Berinjela colhida na horta, Boa Esperança, 2015. 50
Figura 8 Coentro colhido na horta, Boa Esperança, 2015. 50
Figura 9 Mamão colhido na horta, Boa Esperança, 2015. 50
Figura 10 Trabalho de reciclagem com pneus, Boa Esperança, 2015. 51
Figura 11 Delimitação dos canteiros com garrafas pet, Boa Esperança, 2014. 51
Figura 12 Atividade - tempo de degradação dos materiais encontrados no lixo. Boa Esperança, 2014. 52
Figura 13 Tenda do Conto, Boa Esperança, 2015. 53
Figura 14 Contribuição da residente italiana Mariana da Universidade de Bologna – Itália, Boa Esperança, 2014. 54
Figura 15 Tomate plantado na Horta, Boa Esperança, 2015 57
Figura 16 Canteiro de plantação de alface, Boa Esperança, 2015 59
Figura 17 Horta no Vila, Boa Esperança, 2016 61
Figura 18 Participação de uma criança da Horta, Boa Esperança, 2015 65
Figura 19 Crianças que participavam ativamente da Horta, Boa Esperança, 2015 66
Figura 20 Horta Popular Boa Esperança, Boa Esperança, 2015 67
Figura 21 Extensionista do PINAB com a muda de Ipê, Boa Esperança, 2015 68
Figura 22 Pesquisadora e Orientador deste trabalho, Boa Esperança, 2015 68
Figura 23 Crianças e extensionista do PINAB em atividade na Horta, Boa Esperança, 2015. 68

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 13
1.1 SITUANDO A EXPERIÊNCIA PESQUISADA: PROGRAMA DE EXTENSÃO PINAB 13
1.2 SITUANDO A TRAJETÓRIA DA PESQUISADORA 16
1.3 SITUANDO A PESQUISA 20
2 METODOLOGIA 23
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 31
3.1 CONTEXTO DA QUESTÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL 31
3.1.1 Segurança Alimentar E Nutricional 34
3.1.2 Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável 36
3.2 SUSTENTABILIDADE, AGROECOLOGIA E HORTAS COMUNITÁRIAS 38
3.3 EDUCAÇÃO POPULAR 41
4 HORTA POPULAR BOA ESPERANÇA: CAMINHOS E DESAFIOS PARA A PROMOÇÃO DA SAN 45
4.1 RECONSTITUIÇÃO HISTÓRICA 45
4.1.1 O Ponto de Partida 45
4.1.2 Entre Sementes e Raízes 48
4.1.3 Atividade Complementares 51
4.1.4 O Processo de Desmobilização 54
4.2 ANÁLISE CRÍTICA 57
4.1 Aprendizados 57
4.2 Desafios 62
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 69
REFERÊNCIAS 71
APÊNDICE A 77
APENDICE B 78
APENDICE C 79
ANEXO ..... **Erro! Indicador não definido.**

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo central explicitar os caminhos, os aprendizados e os obstáculos da construção de uma horta comunitária para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) a partir de uma experiência pela ótica da Educação Popular. Tal processo investigativo é fruto da inserção da pesquisadora no Programa de Extensão "Práticas Integrais de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica – PINAB" e sua realização se deu de maneira articulada às ações extensionistas, valorizando-se e ancorando-se na experiência e trajetória pessoal da pesquisadora, sua participação ativa e seu olhar curioso, bem como os conhecimentos e percepções dos diferentes sujeitos que construíram essa experiência.

No primeiro momento, procurei descrever minha trajetória de construção pessoal e profissional até o início deste estudo, os fatores que me motivaram a escrevê-lo, o cenário da pesquisa e os aspectos metodológicos. No segundo momento, procurei situar o leitor quanto a alguns referenciais teóricos que fundamentaram este estudo, evidenciando um pouco o histórico da fome e das ações e políticas públicas essenciais ao seu enfrentamento; a SAN; o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA); e a Sustentabilidade e Agroecologia. Além disso, foram referenciadas a Educação Popular e o conceito de hortas comunitárias, bem como sua importância no contexto da SAN e do combate à fome e à pobreza no Brasil.

No terceiro momento, situamos detalhadamente a experiência e, em seguida, realizamos uma análise crítica; que se deu a partir de um grupo de discussão. Com isso, pretendeu-se agregar considerações distintas acerca do objeto de estudo, valorizando-se a capacidade dos sujeitos participantes em resgatar sua construção e analisar cuidadosa e profundamente o objeto de pesquisa, fornecendo ao pesquisador um rico cenário de reflexões críticas.

Para encerrar, foram organizadas algumas considerações e reflexões, a partir de questões surgidas e esquematizadas no estudo.

1.1 SITUANDO A EXPERIÊNCIA PESQUISADA: PROGRAMA DE EXTENSÃO PINAB

O Programa de Extensão Universitária PINAB foi criado em 2007, a partir da iniciativa de estudantes do Curso de Nutrição da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, juntamente com uma professora desse departamento, buscando por experiências alternativas ao currículo oficial, que contribuíssem na formação de profissionais críticos e comprometidos com o

enfrentamento da realidade de exclusão social vivenciada pelas camadas populares (CARNEIRO *et al*., 2014).

Com isso, o PINAB tem buscado, desde sua origem, construir caminhos possíveis para o trabalho social no campo da Atenção Primária à Saúde (APS), com foco na Promoção da Saúde e da SAN nas comunidades Jardim Itabaiana I e II, Pedra Branca e Boa Esperança, localizadas no Bairro do Cristo Redentor, na cidade de João Pessoa – PB (RODRIGUES *et al*., 2013).

Vinculado ao Departamento de Nutrição do Centro de Ciências da Saúde, o PINAB, partir de 2012, integrou-se também como atividade vinculada ao Departamento de Promoção da Saúde do Centro de Ciências Médicas da mesma Universidade. Nessa ocasião, houve o engajamento de estudantes de diversos outros cursos, favorecendo a construção do conhecimento de modo interdisciplinar e ampliando seus horizontes de atuação (RODRIGUES *et al*., 2014).

Para tanto, o PINAB encontra inspiração e referencial ético-político nos pressupostos teórico-metodológicos da Educação Popular, que prioriza o reconhecimento do outro, de suas historias, seus valores; essenciais no processo de conscientização e reflexão crítica profunda, para o exercício de uma cidadania plena e para a transformação social, através de um processo permanente de construção de conhecimento (FREIRE, 1998).

Participam do PINAB, atualmente, estudantes de diversos cursos da UFPB e de outras instituições de ensino privadas, além de dois docentes, os quais coordenam a organização geral de todas as atividades e o apoio pedagógico aos extensionistas, durante reuniões semanais, em que os participantes discutem encaminhamentos em rodas de conversa. Além do apoio docente, o Programa conta com a colaboração de três nutricionistas (egressas do próprio PINAB), assim como um fisioterapeuta (egresso de outra ação de Extensão da UFPB), que compõem voluntariamente a coordenação colegiada e atuam sistematicamente no acompanhamento pedagógico aos estudantes e na consultoria técnica às ações de Educação Popular em Saúde desenvolvidas nos diversos grupos. Ainda como estratégia inovadora, o Programa conta com a contribuição de três lideranças comunitárias na coordenação do mesmo, acreditando ser essa uma forma de compreender melhor as necessidades das comunidades e oportunizar uma intervenção ativa de representantes da mesma no cotidiano do PINAB (CARNEIRO *et al*., 2014).

A operacionalização da gestão compartilhada do Programa se dá a partir de distintos espaços, como as reuniões de acompanhamento e orientação aos estudantes na UFPB; reuniões de formação, direcionadas à discussão teórica sobre temáticas relacionadas ao

cotidiano das ações; e reuniões semanais com a comunidade e a equipe de saúde, de modo que a comunidade possa participar e intervir nas decisões de cada grupo operativo e refletir sobre as inúmeras vivências em conjunto com os extensionistas, além de compartilharem o conhecimento e experiência de vida, potencializando as ações e o grupo.

Em seu escopo de atuação, atualmente o PINAB contempla grupos operativos construídos de maneira compartilhada com as equipes da Unidade de Saúde da Família (USF) - Vila Saúde, tais como: HiperDia, Saúde Mental, Horta na USF, Caminhada, Fórum de SAN e Terapia Comunitária. Participam da gestão das ações: estudantes de graduação, docentes e pós-graduandos, trabalhadores da USF – Vila Saúde e educadoras populares comunitárias. As diferentes frentes são planejadas semanalmente por esses sujeitos e demais moradores da comunidade. Além disso, o PINAB contempla iniciativas como: apoio ao Movimento Popular de Saúde da Paraíba (MOPS-PB) e à Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular em Saúde da Paraíba (ANEPS-PB); mapeamento dos conselhos distritais de saúde de João Pessoa; pesquisa sobre os caminhos e desafios da Promoção da Saúde e da SAN na APS; curso de SAN com ênfase na formação em práticas sociais de combate à fome e à pobreza na comunidade; promoção de Oficinas e Cursos formativos em Educação Popular e de Formação Política; apoio a eventos em Educação Popular; participação no Comitê Estadual de Educação Popular em Saúde da Paraíba; bem como, o desenvolvimento de estudos e sistematizações através do Grupo de Pesquisa em Promoção da Saúde e da SAN e Grupo de Pesquisa Inéditos Viáveis em Educação Popular.

Como forma de melhor apresentar as diversas frentes de atuação do PINAB, organizamos um quadro síntese com as ações divididas nos três pilares da Universidade: ensino, pesquisa e extensão, mais detalhado abaixo:

Tabela 1 Quadro síntese com as ações do PINAB

PINAB 2016		
ENSINO	PESQUISA	EXTENSÃO
Curso de SAN – formação em práticas sociais de combate à fome e à pobreza Curso Educação Popular em Práticas Sociais: desafios e debates Curso de Formação em Educação Popular para o	Mapeamento dos Conselhos Distritais de Saúde de João Pessoa Grupo de Pesquisa em Promoção da Saúde e da SAN Grupo de Pesquisa Inéditos Viáveis em Educação	Construção do Fórum Intersetorial de SAN Apoio ao MOPS e ANEPS Grupo Hiperdia Grupo Saúde Mental Grupo de Caminhada

trabalho social em comunidades Curso de Formação Política Oficinas e Rodas de Conversa: Educação Popular, os fazeres e saberes	Popular Pesquisa sobre os caminhos e desafios da Promoção da Saúde e da SAN na APS	Grupo Horta Terapia Comunitária

O referencial da Educação Popular em Saúde, que orienta as ações do Programa, contribui efetivamente para a formação de estudantes mais sensíveis e sintonizados com as adversidades e complexidades próprias não apenas das práticas alimentares, mas principalmente da realidade local (VASCONCELOS; PEREIRA; CRUZ, 2011). Essa abordagem favorece o enfrentamento dos desafios encontrados, uma vez que descontrói conceitos pré-formados e, de forma crítica, possibilita o dialogo entre os sujeitos e a problematização das situações que incomodam e oprimem (VASCONCELOS, 2011). No contexto da Horta Comunitária, o Programa vem contribuindo com a construção de estratégias participativas de enfrentamento de condições de desigualdade, fomentando a mobilização para a transformação social, de forma a promover a SAN e o DHAA.

1.2 SITUANDO A TRAJETÓRIA DA PESQUISADORA

Pensando sobre a minha caminhada dentro da Universidade, percebo que, muito antes de escolher em quê iria me formar, já sabia que queria fazer algo diferente. Enxergava que a realidade do mundo não me agradava devido à maldade e egoísmo intrínsecas dos seres humanos e às desigualdades sociais existentes; enxergava também que parte da responsabilidade por tudo isso era minha, uma vez que inserida nessa realidade, contribuo com minhas ações ou omissões mesmo que de forma inconsciente e mínima nas relações e contradições que me rodeavam. Mas, para conseguir mudar o mundo, precisava primeiro mudar a mim mesma. No entanto, a inércia[1] me fez encalhar nas minhas próprias inquietações e no meu desejo de mudança.

Estudante de escolas particulares e compondo uma família de classe média, vivi minha infância e principalmente adolescência rodeada de pessoas privilegiadas do ponto de vista financeiro e de oportunidades. Porém, sempre escutava comentários sobre a realidade de mundo e sobre pessoas que viviam em situações precárias, que na minha visão não poderiam

[1] Tendência de um corpo em repouso se manter em repouso ou resistência à mudança do estado

ser afirmados, uma vez que não sabíamos, nem conhecíamos o mundo à nossa volta. É muito fácil e cômodo vivermos cercados e presos em uma realidade própria, sem ultrapassarmos essas cercas para conhecer e viver contextos diferentes e mais sofridos que o nosso.

No ensino médio, estudando em uma escola em que os únicos cursos valorizados eram Medicina, Direito e Engenharia, porque eram cursos de "futuro" e que "davam dinheiro", me vi com uma única opção, já que sabia que minha vocação era a área da saúde. Tentei dois anos ingressar para o Curso de Medicina, quando na segunda tentativa também optei por Nutrição, uma vez que por estarmos no processo de mudança na forma ingresso nas universidades, tínhamos duas opções: Processo Seletivo Seriado (PSS) ou Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Optei por Medicina em um e Nutrição em outro, obtendo aprovação para o curso de Nutrição. Não que eu soubesse que era isso que eu queria fazer, mas fui induzida por uma amiga de escola, já que ela enxergava em mim uma inclinação e preocupação pela questão alimentar e nutricional, antes mesmo de eu perceber isso.

Quando ingressei na Universidade, conheci, através de uma professora do Departamento de Nutrição, em uma de suas aulas sobre os campos de atuação do Nutricionista e opções de pesquisa e extensão na área, a proposta do Programa PINAB. Vi então a oportunidade que esperava há tempos. Fiz a inscrição logo nas primeiras semanas no ano letivo, pois percebi que me inserir em uma comunidade era a oportunidade de conhecer pessoas que vivem em circunstâncias diferentes da minha, ultrapassar os muros que me cercavam e compreender a vida para além da minha realidade social particular.

Foi através da experiência que venho adquirindo a partir de minha vivência na Extensão, facilitada pelo PINAB, que muitas coisas mudaram em mim, inclusive minha forma de pensar e ver o mundo, de me relacionar com as pessoas, e pude me despir de alguns preconceitos que me cercavam. E embora tenha respondido a uma das perguntas na entrevista de seleção, que o PINAB não me faria desistir de Medicina (que ainda era uma opção para mim nos primeiros períodos do curso de Nutrição), me vi cada vez mais apaixonada pela Nutrição e interessada na questão do combate à fome e à pobreza. Portanto desisti daquilo que tinham me levado a acreditar que era o meu sonho e me encantei pela minha real vocação: a Nutrição.

O meu primeiro ano no PINAB não foi nada fácil. Junto ao grupo operativo que atuava em uma Escola Municipal nas sextas-feiras à tarde, abordávamos o tema da participação popular com crianças através de dinâmicas, esquetes[2], cordel e gincana, contribuindo na discussão sobre as responsabilidades que possuem frente a seus direitos e deveres. No entanto,

[2] Peças de curta duração

nossa pouca experiência e dificuldade em trabalhar tais temas com crianças, assim como os constantes problemas de horários e atividades extras na escola que impediam nossas ações, foram nos desmotivando. Além disso, após algumas reflexões, pude perceber que o que fazíamos era preponderantemente transmissão de conhecimento de forma lúdica e não um processo pedagógico com abordagens facilitadoras da visão crítica, do protagonismo dos sujeitos e da transformação social.

Com isso, era recorrente a vontade de desistir. Parecia não haver amor ou sentido no que eu fazia; até que, no ultimo dia de atividade do ano, em uma gincana sobre o tema, algumas crianças me surpreenderam e me fizeram ficar apaixonada por aqueles rostinhos sorridentes e espertos que lembravam e respondiam tudo o que a gente tinha conversado o ano inteiro, bem como se divertiam durante as inúmeras provas que o PINAB facilitou sobre o tema da Participação Popular. A cada prova realizada, os estudantes da Escola se sentiam importantes e motivados. Durante todo aquele ano, não entendi bem porque eu continuei no Programa, mas depois de ver aqueles sorrisos, soube que minha vontade era não largar mais aquela comunidade.

No final de 2013, após dois anos de vivências nos grupos Escola e SAN (que buscava um debate teórico sobre esse tema), pude participar da proposta de construção da Horta Comunitária na Boa Esperança. Foi nesse espaço que o processo dialógico e o compartilhar de saberes se tornou mais evidente para mim. Aprendemos juntos (estudantes e professores universitários, moradores da comunidade, trabalhadores de saúde locais) todo o processo prático de construção da horta, conhecendo as diferentes formas de se utilizar cada erva e planta medicinal, buscando também proteger e preservar a nascente do Rio Jaguaribe, às margens do qual a Horta foi construída, compreendendo também o porquê da quantidade de lixo próximo àquele espaço. Percebemos que, mais do que uma simples placa de “Não jogue lixo aqui”, colocada pelo grupo como forma de evitar o descarte de lixo próximo à Horta e à nascente, era necessário buscar de forma coletiva meios para que a coleta no território fosse apropriada, e percebemos também que melhor do que “fazermos certo” era “fazermos juntos”.

Um dos momentos especiais vivenciados na Horta Popular Boa Esperança (assim nomeada por todos) foi uma oficina de produção de “lambedor”, um medicamento popular e fitoterápico, em que uma moradora da comunidade ensinou a adultos, crianças, extensionistas, médico, Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e residentes da USF que abrange o território, como fabricar um xarope caseiro com as plantas medicinais cultivadas no próprio espaço da Horta. O diálogo entre o médico e a moradora da comunidade sobre os benefícios das plantas medicinais consistiu na concretização do compartilhamento de saberes e experiências, onde o

científico e o popular se encontraram e percebem que são distintos na linguagem, mas têm ambos o mesmo potencial e importância na construção de processos de melhoria da vida das pessoas.

A Extensão Popular me proporcionou também enxergar a Nutrição para além de seus aspectos clínicos, técnicos e dietéticos; para além dos nutrientes minuciosamente calculados e adequados. Pude perceber que, ainda hoje, muitas pessoas não possuem o mais básico para viver, como alimento de qualidade e em quantidade suficiente. Talvez, a questão alimentar nem seja o problema mais preocupante daquelas famílias e que, além do direito à alimentação adequada e saudável, é necessário que outros direitos essenciais sejam garantidos para a promoção da SAN.

No decorrer de todas as nossas idas e vindas, das dificuldades e desafios que encontramos ao longo do processo de sensibilização e mobilização da população na construção da Horta, uma questão que sempre provocou nossa reflexão foi o fato da inconstante participação popular em algumas das frentes de ação que buscamos impulsionar junto à comunidade. Dentro do que conseguimos constatar, percebemos que muitas questões consistem em problemáticas globais que especificamente locais. Algumas delas relativas ao tímido sentimento de pertencimento e vinculação ao território em que se vive. Para muitos comunitários, é ainda frágil o entendimento de que se pode fazer mais e de que se pode modificar a realidade ao nosso redor por meio do protagonismo social desvinculado a ações de governantes ou do poder político.

Quanto a isso, nas comunidades em que atuamos junto ao Programa, os reflexos dos muitos anos de promessas não cumpridas por alguns mandatários públicos e políticos forjaram corações calejados e endurecidos pelas mentiras e trapaças eleitoreiras, dificultando o trabalho de sensibilização e estímulo à organização e mobilização que tentamos executar. É comum escutar de algumas pessoas do território perguntas como: “O que vocês estão ganhando com isso?”. Ao parar para refletir sobre tal questionamento, penso que a questão deveria ser “o que nos motiva a fazer isto?”. E se me pergunto isso, sem dúvidas posso responder utilizando uma fala de São Paulo, em sua Carta aos Romanos: “Não vos conformeis com este mundo, mas transformai-vos”. Da mesma forma, reitera Paulo Freire que nós, seres humanos, não estamos no mundo para a ele nos adaptar, mas para transformá-lo. Para tanto, é preciso “fugir” da nossa zona de conforto e buscar meios de modificar o que nos incomoda, o que acreditamos não estar coerente do ponto de vista humanístico.

Portanto, em minha visão, o sentimento de contribuir para a construção de um mundo melhor consiste na principal motivação. E isso não se faz *apenas* sentado em uma cadeira,

dentro de casa ou em uma sala de aula − embora seja importante também −, mas se faz, necessariamente, com uma inserção radical no mundo. Mediante um mergulho crítico, pró-ativo e participativo na realidade social, compreendendo as relações ali construídas e buscando estratégias para a problematização e a sua transformação.

Foi devido ao sentimento de que podemos fazer mais que me inscrevi no PINAB, logo nas primeiras semanas de meu ingresso na Universidade. Continuo ainda hoje na Extensão Popular, estando ainda mais presente e ativa nesse espaço do que propriamente no curso de Nutrição, em seus espaços tradicionais. Hoje tenho a plena certeza de que os melhores e maiores aprendizados adquiridos não foram dentro da sala de aula, mas principalmente se deram fora dela. Percebi que nossa formação não começa quando entramos na academia e não se encerra quando saímos. Muito pelo contrário, nossa formação começa quando ultrapassamos os muros que nos prendem e, assim, nos deparamos com a realidade, e nessa nos inserimos de maneira compromissada, permanente, regular e crítica, onde não apenas podemos observar e ver processos e pessoas, mas conhecer, interagir e protagonizar, em conjunto, uma construção compartilhada de saberes, lutas e trabalhos sociais.

1.3 SITUANDO A PESQUISA

No decorrer desse trabalho, acompanharemos o desenvolvimento de um estudo sobre Hortas Comunitárias e SAN, promovido a partir de experiência vivenciada na extensão universitária com elementos teóricos metodológicos da Educação Popular, e que consiste no resultado final de um trabalho de conclusão de curso em Nutrição da UFPB.

Considerando os aspectos socioculturais da alimentação e por acreditar no potencial das hortas comunitárias como estratégias educativas que buscam a promoção da SAN e do DHAA de maneira sustentável através de processos emancipatórios, é imprescindível a sistematização dessa experiência vivenciada como acadêmica do curso de graduação em Nutrição, visto que, torna-se necessário elaborar de forma mais explícita e consistente os caminhos para a consolidação dessas atividades, visto que estas podem ser elaboradas sob diversas abordagens, e nesse estudo, iremos priorizar uma abordagem orientada pelos princípios freireanos, o qual permite, de acordo com Cruz (2015) conduzir mais coerentemente à SAN.

Para isso, o trabalho se compromete em realizar uma reconstituição histórica da experiência no contexto do Programa, analisar criticamente o processo de construção evidenciando aprendizados, caminhos e obstáculos, dentro dessa construção, na perspectiva da promoção da SAN, e realçando a Educação Popular como base epistemológica desse

processo. Nesse sentido, foram também elucidados aprendizados e conquistas aprimoradas no decorrer da iniciativa estudada.

A pesquisa teve a finalidade de analisar criticamente o processo de construção de uma horta comunitária através da experiência de trabalho compartilhado entre o Programa de Extensão PINAB, trabalhadores das equipes Pedra Branca I, Pedra Branca II e Jardim Itabaiana da USF - Vila Saúde e sujeitos das comunidades de Boa Esperança, bem como duas educadoras populares e ACS's. Por meio de suas ações, o PINAB promove, desde 2007, apoio às iniciativas e exercícios emancipatórios no contexto das comunidades supracitadas no Cristo Redentor em João Pessoa - PB, com vistas ao empoderamento de sujeitos locais e de seus grupos sociais, na perspectiva do aprimoramento de estratégias e caminhos participativos de cuidado em saúde, sobretudo no que tange à vida com qualidade e dignidade.

O grupo do PINAB comprometido com a construção de uma horta comunitária, objeto deste estudo, teve início no ano de 2013 a partir da iniciativa das coordenadoras comunitárias (2 moradoras e lideranças das comunidades) junto à coordenação colegiada do Programa, como forma de trabalhar a SAN, isso porque, apesar de compor um dos objetivos principais, a promoção da SAN se manteve adormecida durante alguns anos no PINAB, visto que anos anteriores esse eixo do Programa havia sido trabalhado com merendeiras, escolares, beneficiárias do Programa de Transferência de Renda – Bolsa Família, entre outros atores, sendo trabalhada a partir de 2012, quando se deu minha inserção no PINAB, apenas de forma teórica em reuniões de formação. Com isso, o grupo buscou integrar ações para a construção de uma horta comunitária no território[3] da Boa Esperança, promovendo atividades de limpeza do terreno, plantio, cultivo, rega e colheita, bem como reuniões de planejamento das ações, atividades lúdicas sobre reciclagem do lixo e cuidado com a terra, oficinas de produção de chás e xaropes com produtos da horta, entre outras. Para isso, foram cultivadas plantas medicinais, hortaliças, frutas e raízes.

A horta comunitária foi um "*movimento*"[4] que durou 2 anos, impulsionou diversas ações dentro do PINAB, e conseguiu contagiar os extensionistas e coordenadores, sendo eles integrantes do grupo ou não; obteve o que já se tentava há algum tempo dentro do Programa: promover ações voltadas à SAN e envolver estudantes de diversas áreas, desmistificando a

[3] Espaço em que se verifica a interação população-serviços no nível local, caracteriza-se por uma população específica, vivendo em tempo e espaço determinados, com problemas de saúde definidos e que interage com os gestores das distintas unidades prestadoras de serviços de saúde. Esse espaço apresenta, portanto, além de uma extensão geométrica, um perfil demográfico, epidemiológico, administrativo, tecnológico, político, social e cultural, que o caracteriza como um território em permanente construção (MONKEN; BARCELLOS, 2005).

[4] Segundo o Dicionário do Aurélio Online, Movimento significa: Ato ou efeito de mover ou de mover-se. Deslocação. Mudança de lugar ou de posição. Evolução. Agitação. Animação (FERREIRA, 1999)

ideia de que apenas a área da Nutrição esta intimamente ligada a SAN e valorizando sua dimensão interdisciplinar.

Essa iniciativa foi capaz de aproximar o PINAB dos profissionais da USF Vila Saúde, relação que estava fragilizada há algum tempo. A equipe divulgava e incentiva a comunidade a participar e buscar alternativas terapêuticas a partir dos produtos cultivados na Horta, além de utilizar plantas medicinais na produção de chás servidos durantes as reuniões e atividades educativas realizadas pelas equipes de saúde. Ou seja, a horta comunitária *movimentou* o Programa como um todo e convergiu forças para a construção de um espaço rico e potente de lutas pelo direito à alimentação.

2 METODOLOGIA

O presente estudo teve como objeto uma experiência de Extensão pautada pela Educação Popular, qual seja o Programa de Extensão PINAB, mais precisamente o grupo Horta Popular Boa Esperança, comprometido com a construção de uma horta comunitária, para criação de um espaço de Promoção da Saúde e da SAN no território. O caminho investigativo foi construído através de uma pesquisa com abordagem qualitativa de caráter descritivo e com ênfase na perspectiva da pesquisa-ação.

Nas investigações qualitativas, os dados, em vez de serem tabulados, como acontece nos estudos quantitativos, são retratados levando-se em conta aspectos tidos como relevantes, como as opiniões e comentários do público entrevistado, envolvendo, conforme fundamentado por Gadamer (1999), a busca de compreensão dos sentidos e, como ressalta Minayo (2008), a valorização dos contextos pesquisados, bem como os significados, valores e as atitudes intervenientes (LAKATOS; MARKONI, 1995; CAMARGO; KENNETH; BOSI, 2011).

Já os estudos descritivos, possuem a característica de evidenciarem a ocorrência de um evento de acordo com diversas exposições ou caracterizações das pessoas, ou seja, tem como objetivo principal a descrição de determinado evento (GIL, 2008).

Este estudo foi desenvolvido na linha da pesquisa-ação, visto que foi estruturado a partir de minha implicação como sujeito de uma experiência significativa, contribuindo decisivamente no processo de construção da pesquisa, tendo como perspectiva a realização de futura análise e sistematização dessa experiência, cujos resultados, reflexões e questões emergentes irão subsidiar mudanças e aprimoramentos na própria experiência estudada. Portanto, priorizamos narrar a experiência em primeira pessoa, a partir do lugar de pesquisador e sujeito.

Entendida por Melo Neto (2003) como uma metodologia que estimula a participação dos sujeitos envolvidos na pesquisa, a pesquisa-ação permite um universo de respostas que perpassa as condições de trabalho e vida da comunidade. Os próprios participantes procuram explicações para as situações investigadas. Nessa direção, essa abordagem é considerada como um instrumento de resistência e conquista popular, uma vez que valoriza a produção do próprio conhecimento, tornando o envolvido na pesquisa sujeito dessa produção. Esta modalidade de pesquisa possibilita um espaço de interlocução, em que os atores implicados participam na resolução dos problemas, com conhecimentos diferenciados, propondo soluções e aprendendo na ação (THIOLLENT, 1999).

Na perspectiva fundamentada por Danilo Streck[5], a pesquisa-ação pode ser compreendida como uma **autorreflexão coletiva na ação**, na medida em que sujeitos de um processo ou de uma prática social empreendem esforços de reflexão profunda sobre suas experiências, de modo a, coletivamente, explicitar aprendizados e novos conhecimentos nelas construídos, apontando também dilemas, obstáculos e dificuldades sentidas, problematizando estratégias, saberes, práticas e princípios para sua superação, na direção de sua permanente qualificação. É centralmente nessa ideia de pesquisa-ação que nosso estudo se sustenta.

Dessa maneira, foram utilizadas três tipos de técnicas a fim de coletar informações que permitissem alcançar os objetivos acima delineados: a pesquisa bibliográfica, o grupo de discussão e a consulta documental.

Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, com a finalidade de colocar o pesquisador em contato com o que já se possui e se registrou a respeito do tema de pesquisa (MINAYO, 2008). Em um primeiro momento foi realizado o levantamento das referências bibliográficas acerca do histórico e estruturação do Programa de Extensão e do Grupo Horta Comunitária, de modo a reconstituir historicamente a experiência estudada, centralmente no que tange à suas realizações no campo da SAN nas comunidades de sua atuação.

Para isso, foram utilizados 1 (um) capítulo do livro, o qual sintetiza 7 (sete) anos de vivencias do PINAB e reúne a grande maioria da experiências construídas pelos atores e atrizes que as protagonizaram; 1 (um) capítulo de livro da experiência do Projeto Educação Popular e Atenção à Saúde da Família – PEPASF, na qual o PINAB se inspirou, nasceu e é parceiro; 4 (quatro) artigo do PINAB, sendo um deles publicado em revista científica – Saúde em Redes, um publicado nos Anais do II Seminário Nacional de Pesquisa em Extensão Popular – SENAPOP, um publicado nos Anais do III Seminário Nacional de Pesquisa em Extensão Popular – SENAPOP e o outro divulgado na Coletânea "Pesquisa em Extensão Popular no Programa PINAB, a qual socializa algumas das experiências realizadas e sistematizadas no âmbito da Extensão Universitária Popular; 1 (uma) tese de doutorado, cujo objeto de estudo foi a experiência do PINAB; 1 (um) Trabalho de Conclusão de Curso, o qual consistiu em um relato de experiência sobre a Horta Popular Boa Esperança; e 2 resumos, sendo um deles também presente na Coletânea "Pesquisa em Extensão Popular no Programa PINAB e o outro presente nos nos Anais do XV Encontro de Extensão – UFPB.

[5] Conforme explicitado por esse pesquisador em palestra ministrada no III Seminário Nacional de Pesquisa em Extensão Popular, na UFPB, em João Pessoa-PB, no dia 18 de novembro de 2016.

Tabela 2 Quadro demonstrativo da bibliografia utilizada

Fonte Bibliográfica	Referência
Artigos	RODRIGUES, A.P.M.E.; VASCONCELOS, A.C.C.P. Horta Popular Boa Esperança: uma estratégia de promoção do direito humano à alimentação adequada. Anais do 12º Congresso Internacional da Rede Unida. Revista Saúde em Redes, 2016. RODRIGUES, A.P.M.E.; TOFOLI, A.M.M.A.; CARNEIRO, D.G.B.; CARDOSO, E.L.S.; BATISTA, L.D.; CRUZ, P.J.S.C. Práticas Integrais de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica: reflexões sobre os novos caminhos de um projeto de extensão. *In*: Seminário Nacional de Pesquisa em Extensão Popular, n.2, 2016, João Pessoa. Anais do II Seminário Nacional de Pesquisa em Extensão Popular, João Pessoa. Editora: UFPB, 2013. ARAUJO, R.S.; CRUZ, P.J.S.C.; MEDEIROS, V.T.A.; RODRIGUES, A.P.M.E. Educação Popular em Saúde na Extensão Universitária: Relato de uma Experiência Humanizante na Construção de uma Horta Comunitária. *In*: CRUZ, P.J.S.C.; VASCONCELOS, A.C.C.P.; ARAUJO, R.S. (Org.). Pesquisa em Extensão Popular no Programa PINAB: produções acadêmicas em 2014. João Pessoa: Editora do CCTA, 2014b. VASCONCELOS, A.C.C.P.; BOTELHO, B.O.; PEREIRA, E.A.A.L.; VIEIRA, G.N.; ABÍLIO, I.S. O Processo de Construção de uma Horta na Unidade de Saúde com Base nos Princípios da Educação Popular. *In*: Seminário Nacional de Pesquisa em Extensão Popular, n.3, 2016, João Pessoa. Anais do III Seminário Nacional de Pesquisa em Extensão Popular, João Pessoa. Editora: UFPB, 2016.
Capítulos de Livros	VASCONCELOS, A.C.C.P.; PEREIRA, I.D.F.; CRUZ, P.J.S.C. Educação Popular e a Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional em Comunidades: desafios com base em uma experiência de extensão. *In:* VASCONCELOS, E.M.; CRUZ, P.J.S.C. Educação Popular na Formação Universitária: reflexões com base em uma experiência**.** São Paulo: Hucitec; João Pessoa: UFPB; 2011. CARNEIRO, D.G.B.C.; RODRIGUES, A.P.M.E.; CARDOSO, E.L.S.; BATISTA, L.D.; TÓFOLI, A.M.M.A.; CRUZ, P.J.S.C. Reconfigurando as ações do PINAB: novos caminhos, outros desafios. *In:* CRUZ,

	P.J.S.C.; VASCONCELOS, A.C.C.P.; SOUSA, L.M.P.; TÓFOLI, A.M.M.A.; CARNEIRO, D.G.B.; ALENCAR, I.C (Org.). Educação Popular e Nutrição Social: reflexões e vivencias com base em uma experiência. João Pessoa: UFPB, 2014.
Tese de Doutorado	CRUZ, P.J.S.C. Agir crítico em nutrição: uma construção pela educação popular. Tese (doutorado em Educação), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015
Trabalho de Conclusão de Curso	TAVARES, M.J.P. Horta Popular Boa Esperança: Relato de uma Experiência de Promoção da Saúde e da Segurança Alimentar e Nutricional. 2016. 46f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso – Nutrição). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2016.
Resumos	ARAUJO, A.M.; SILVA, A.M.B.; SOARES, F.L.; CRUZ, P.J.S.C.; ARAUJO, R.S. Grupo Saúde na Comunidade: Espaço de Diálogo e Aprendizagem no Contexto de uma Horta Comunitária. *In:* CRUZ, P.J.S.C.; VASCONCELOS, A.C.C.P.; ARAUJO, R.S. (Org.). Pesquisa em Extensão Popular no Programa PINAB: produções acadêmicas em 2014. João Pessoa: Editora do CCTA, 2014a. VASCONCELOS, A.C.C.P.; TAVARES, M.J.P.; RODRIGUES, A.P.M.E. Horta Comunitária: uma estratégia de promoção da Segurança Alimentar e Nutricional. *In:* ENCONTRO DE EXTENSÃO, n.15, 2014, João Pessoa. Anais do XV Encontro de Extensão - UFPB. 2014.

Na segunda etapa, houve a realização de um grupo de discussão com diferentes atores envolvidos no Programa de Extensão estudado. Segundo Weller (2006), esse método se interessa em conhecer não apenas as experiências e a opiniões dos entrevistados, mas também, sobretudo, as vivencias coletivas de determinado grupo. Conforme ressalta Mangold (1960, p.49 – tradução de WELLER, 2006), a opinião do grupo não é a soma de opiniões individuais, mas o produto de interações coletivas, ou seja, a participação de cada membro se dá de forma distinta, mas as falas individuais são produto de interação mútua dos envolvidos.

Por meio desse recurso, pretendeu-se, inicialmente, reconstruir a história da experiência Horta Popular Boa Esperança no contexto do PINAB a partir da construção de uma linha do tempo com acontecimentos significativos. Em seguida, priorizou-se, com o grupo, identificar nesse processo os caminhos (aprendizados) e obstáculos (desafios) das ações empreendidas no

contexto comunitário. Com isso, buscou-se agregar considerações distintas acerca do objeto de estudo, valorizando-se a capacidade dos sujeitos em analisar cuidadosa e profundamente o problema de pesquisa, fornecendo ao pesquisador subsídios concretos para compor um rico cenário de reflexões críticas, abrindo-se espaço para o contraditório e para o levantamento de questões-limite.

A pesquisa foi realizada na comunidade Boa Esperança, mais precisamente na Igreja São Lucas, espaço normalmente cedido pelos moradores para reuniões do PINAB. Os sujeitos participantes foram: a) 02 (duas) moradoras/lideranças da comunidade e coordenadoras comunitárias do PINAB; b) 02 (dois) estudantes extensionistas do PINAB; c) 01 (uma) Agente Comunitária de Saúde da USF "Vila Saúde"; d) 01 (um) técnico em horta; e) 1 (uma) nutricionista coordenadora do Programa PINAB. A escolha destes participantes foi de forma intencional e o critério que orientou essa escolha foi a participação ativa do sujeito no processo de construção da Horta Comunitária do Programa de Extensão PINAB. As crianças e as senhoras que participaram dessa construção não compareceram ao grupo de discussão e por isso, não foram ouvidas.

O roteiro para discussão foi composto das seguintes questões geradoras: a) reconstituição do processo de construção da Horta Popular Boa Esperança; b) Análise crítica desse processo; c) Aspectos positivos e negativos (Anexo A). O grupo de discussão, realizado em única sessão, foi gravado, transcrito e analisado pelos pesquisadores. Além disso, também foram utilizadas folhas e canetas para o registro das informações ao longo do processo de discussão. Para análise da discussão, a gravação obtida foi transcrita na íntegra, com posterior leitura flutuante e exaustiva do material e estruturação dos resultados em análise do conteúdo, utilizando da hermenêutica-dialética.

Para Minayo (2014), há quatro possibilidades para a análise do material qualitativo: a análise de conteúdo, a análise de discurso, a proposta operativa e a hermenêutico-dialética. Neste estudo, utilizamos a hermenêutica-dialética, que conforme destacado por Gadamer (1999), corresponde à interpretação ou compreensão do sentido a partir da comunicação entre seres humanos, apresentando-se como um caminho entre as ciências sociais e a filosofia, estimulando a reflexão e a problematização do objeto de estudo e se contrapondo a análise de conteúdo. Segundo Minayo (2014), a hermenêutica ocupa-se da arte de compreender textos e oferece as bases para compreender o sentido da comunicação entre os sujeitos. A orientação da análise a partir da hermenêutico-dialética se deve também aos limites de outras análises em alcançar os objetos específicos da pesquisa. Para Holliday (1996), esse método é uma maneira

de conceber a realidade, de se aproximar dela para conhecê-la e de atuar sobre ela para transformá-la.

Dentre as diretrizes que orientam a análise dialética, Holliday (1996, pg.54) destaca a **compreensão da realidade como processo histórico**, onde se vê "a realidade como uma criação dos seres humanos que, com nossos pensamentos, sentimentos e ações, transformamos o mundo da natureza e construímos a história, outorgando-lhe um sentido". Da mesma forma, Holliday aponta outro elemento metodológico, que é a compreensão da realidade histórico-social como uma totalidade. Na acepção fundamentada por Oscar Jara Holliday (1996), traduz-se tal perspectiva de análise na diretriz de enxergar o real como um todo integrado, em que as partes (o econômico, o social, o político, o cultural, o individual, o local, o nacional, o internacional, o subjetivo, o objetivo, entre outros) não podem ser entendidas separadamente, senão em sua relação em conjunto (CRUZ, 2015).

Ainda quanto às diretrizes da análise do material empírito na perspectiva da hermenêutica dialética, Oscar Jara Holliday (1996) indica que se considere a historicidade dos fatos, das realidades e dos sujeitos. Conforme afirma Cruz (2015), o olhar histórico surge como condição básica a ser considerada no desenvolvimento do trabalho comunitário.

> Para um dialeta, não se pode considerar um fenômeno sem historicizá-lo, pois o movimento dialético concebe o materialismo, ou seja: as coisas têm determinações várias que lhe constituem uma síntese. As pessoas, as coisas, as realidades são, em dado momento, sínteses de muitas e distintas determinações. Não se pode pensar numa ação dialética, coerente com a realidade circundante e visando à sua transformação sem considerar sua historicidade (CRUZ, 2015, p.55).

Os dados apreendidos do Grupo de Discussão, que serviram para reconstituir a história da experiência e fazer emergirem reflexões e aprofundamentos para a análise crítica do objeto de estudo, serão citados da seguindo forma: (*Nome do Entrevistado, em Entrevista durante Grupo de Discussão); e* os sujeitos mencionados foram Dôra Costa Brito (educadora popular e liderança comunitária da região, atualmente trabalhando como merendeira), Eulina Pereira (ACS e educadora popular), Francisco Nascimento, citado como Santo da Terra (mateiro, educador popular e membro do MOPS-PB), Pedro José Santos Carneiro Cruz (um dos coordenadores do Programa PINAB e orientador dessa pesquisa), Adriana Maria Macêdo de Almeida, citada como Drica (uma das coordenadoras do PINAB e responsável pelo Grupo Horta), Íris de Sousa Abílio (estudante extensionista do PINAB e membro do Grupo Horta).

A participação dos sujeitos no estudo foi voluntária mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice), e assinatura da Declaração de Anuência por parte de representantes da comunidade (Anexo), conforme a resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Os dados foram utilizados para fins de pesquisa, porém os nomes dos entrevistados foram revelados com anuência e concordância dos envolvidos.

Na terceira etapa, foi realizada uma análise documental[6], de acordo com os fundamentos estabelecidos por Cellard (2014). Para tal autor, a análise documental possibilita realizar reconstituição referente ao passado, uma vez que os documentos evidenciam registros concretos e vestígios da atividade humana investigada. Além do mais, esse método elimina, em partes a influência exercida pela presença ou intervenção do pesquisador. Com isso, foi considerando os seguintes documentos:

- Relatório do PINAB no período de 2014.2, disponível no acervo em plataforma do Google (GoogleDocs), que será citado como: (Relatório do Grupo Horta do PINAB 2014.2);
- Vídeo do PINAB sobre a horta disponível no canal Equipe Mídias do site YouTube.com, que será citado como se encontra descrito no próprio site (Nome do Entrevistado, em entrevista no Vídeo – Horta Comunitária – Vídeo completo);
- Vídeo do PINAB sobre o grupo Saúde na Comunidade no canal Equipe Mídias do site YouTube.com, que será citado como se encontra descrito no próprio site (Nome do Entrevistado, em entrevista no Vídeo: Programa de Extensão PINAB – Construindo os Grupos – Saúde na Comunidade e Horta Comunitária)
- Fotos da experiência disponíveis no sítio eletrônico – Blog[7] e Rede Social[8] do Programa. Tais registros fotográficos realizados ao longo da experiência, posteriormente divulgados em meios públicos e apresentados ao longo deste trabalho foram com o conhecimento de todos os envolvidos, quanto ao registro fotográfico e sua utilização nos meios públicos de divulgação das experiências do PINAB, e serão citados com a Descrição, Local e Ano em que foram realizados.

[6] Em muitas obras da literatura, convenciona-se chamar essa modalidade de *pesquisa documental* ou mesmo de *consulta documental*, contudo optamos pelo termo utilizado por Cellard, conforme presente na obra A Pesquisa Qualitativa, por entendermos que amplia a compreensão do papel dessa metodologia no campo das ciências sociais

[7] www.projetopinab.blogspot.com

[8] https://www.facebook.com/praticas.integraisnutricao?fref=ts

Todas as citações diretas desses documentos, bem como das entrevistas do Grupo de Discussão virão entre aspas e em itálico, e caso apresentem quantidade de linhas superior à 3, virão centralizadas na pagina.

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética do Centro de Ciências Médicas (CCM) da Universidade Federal da Paraíba, com número do parecer 1.843.231, conforme apresentado em anexo.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 CONTEXTO DA QUESTÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL

A questão alimentar e nutricional é determinada, nos diferentes contextos sociais, perante o modelo de desenvolvimento econômico e social e apresenta uma complexa e abrangente discussão que atualmente perpassa a questão da fome, que assola ainda grande parte da população mundial, chegando aos modos de produção de alimentos, geração e destinação de resíduos e os diversos aspectos que envolvem a prática alimentar das pessoas.

O problema da fome no Brasil ganha espaço nas discussões das políticas públicas a partir do pioneirismo de Josué de Castro, médico pernambucano que, a partir da década de 1930, começa a desenvolver estudos e intervenções de nutrição no campo social e traça um mapa da fome no país, elucidando as principais áreas de fome endêmica e epidêmica e suas áreas de subnutrição, como forma de realizar uma sondagem de natureza ecológica sobre o fenômeno da fome no Brasil (VASCONCELOS, 2008).

Anos após os estudos de Josué de Castro e o seu grupo, a realidade da fome ainda persiste em todo o mundo. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) estima que 805 milhões de pessoas vivem com fome, ou seja, não se alimentam o suficiente diariamente para manter uma vida ativa e saudável. No entanto, diversos países têm adotado diretrizes para o enfrentamento desse quadro, sendo um deles o Brasil, que alcançou a diminuição considerável do numero de pessoas em situação de fome, uma vez que atingiu o limite estatístico de 5% do indicador de Prevalência de Subalimentação, possibilitando em 2014 o reconhecimento pela FAO como um país livre da fome (FAO, 2014).

No contexto atual, para Cruz e Melo Neto (2014, p.1368), a fome passa a ser compreendida “como um fenômeno social, político, econômico e cultural, que vai além da simples ausência de alimentos” e para seu enfrentamento é necessário a construção de políticas públicas capazes de estabelecer um olhar totalizante sob o fenômeno da fome, enfrentando-a de forma integral e intersetorial, da produção e do abastecimento, passando pelas dimensões culturais, até o consumo e seus impactos na saúde (PINHEIRO; CARVALHO, 2010).

As politicas de alimentação e nutrição do Brasil se iniciam com a criação do Serviço de Alimentação e Previdência Social – SAPS na década de 1940, a criação de cursos de formação e de especialização de recursos humanos em alimentação e o programa de merenda

escolar, medidas desenvolvidas pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o Ministério da Educação e Saúde. Com o objetivo de prestar assistência nutricional a grupos específicos, o Estado intervinha com o propósito de mudar as práticas alimentares e corrigir problemas considerados de ignorância alimentar (CRUZ, 2015; PINHEIRO; CARVALHO, 2010).

A partir da década de 1950, as ações passaram a ser enfatizadas por politicas de assistencialismo e ajuda alimentar, com distribuição de alimentos estranhos à cultura brasileira inseridos em contextos de pobreza. Em 1952, a Comissão Nacional de Alimentação (CNA) estabelece o Plano Nacional de Alimentação, com o objetivo de combater a fome através de reformas da estrutura econômica do país. Porém, em 1972 a CNA é substituída pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), o qual institui programas direcionados às populações em situação de insuficiência alimentar e a grupos específicos como gestantes, crianças, nutrizes e trabalhadores. O objetivo principal do INAN era criar e coordenar a Política Nacional de Alimentação, o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN) e gerir as ações de alimentação e nutrição (CRUZ, 2015; PINHEIRO; CARVALHO, 2010).

Antes vista como um estado determinado pela pouca informação e negligencia das classes populares, a fome passa a ser compreendida, a partir de meados de 1970, como um fenômeno decorrente da falta de acesso à renda e alimentos, consequência da exclusão social e da pobreza (SANTOS, 2005). De acordo com Valente, Francischini e Burity (2007), esse quadro no país aponta para o fato da histórica desigualdade estrutural causada pela concentração da riqueza, da terra e da renda.

Até então as políticas públicas mostravam pouca compreensão da alimentação como direito social e humano, o que resultou na escassez de ações de enfretamento da pobreza e da fome. Porém, a partir de meados dos anos 1980, mediante a redemocratização e através do movimento pela reforma sanitária e reivindicações pela criação do sistema único de saúde (SUS), o problema da fome passou paulatinamente a ser visto como uma questão essencial para a promoção da saúde e o desenvolvimento social do país (CRUZ, 2015).

Nesse cenário, as políticas públicas de alimentação e nutrição demandaram ações sociais divergentes daquelas das ultimas décadas. Com isso, no contexto da 8ª Conferência Nacional de Saúde é convocada a I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição (CNSAN), em 1987. Após o governo de Collor de Mello (1990-1992), em que houve redução da intervenção estatal principalmente nas politicas sociais, muitos programas na área de alimentação e nutrição não se mantiveram na agenda política, restando dos 12 apenas 3 ao

final desse governo (CRUZ, 2015; PINHEIRO; CARVALHO, 2010). Já em 1993, a fome é reintroduzida na agenda politica a partir do Programa "Ação de Cidadania contra a Miséria, a Fome e pela Vida", protagonizada pelo sociólogo Betinho. Esse movimento foi essencial para reconhecer a fome como uma condição de cunho ético e social inaceitável. Com isso, o governo de Itamar Franco define como prioridade o combate à fome e à miséria (CRUZ, 2015; PINHEIRO; CARVALHO, 2010; BURLANDY, 2011).

No inicio da década de 1990, foi instituído o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e realizada a I CNSAN. Em 1995, com o advento do governo FHC, o CONSEA é extinto e a questão alimentar e nutricional sai novamente da pauta política de discussão e as ações governamentais se caracterizam pelo assistencialismo como forma de combater a fome, não assumindo a atribuição de propor políticas que garantissem a proteção social (CRUZ, 2015; PINHEIRO; CARVALHO, 2010).

Segundo Pinheiro e Carvalho (2010, p. 125), a partir dos anos 2000, o governo adota programas de transferência direta de renda como estratégia para assistir à população pobre. Semelhante ao Programa Bolsa Escola implantada no Distrito Federal, é proposto o Programa Bolsa Alimentação para crianças menores de 6 anos, gestantes e nutrizes de baixa renda. Em 2001 o combate à fome é novamente posto na agenda política brasileira pela sociedade civil, a partir de uma proposta denominada à época Projeto Fome Zero, sob a liderança do partido dos trabalhadores (CRUZ, 2015; PINHEIRO; CARVALHO, 2010).

Nessa época o conceito de SAN se sobressai e ela passa a ser entendida como um fenômeno que reafirma a importância do diálogo intersetorial no campo da alimentação e nutrição, estruturada com base nas premissas equidade, diversidade, sustentabilidade, soberania alimentar, DHAA, controle social e intersetorialidade (PINHEIRO; CARVALHO, 2010). Portanto, quando Luís Inácio Lula da Silva é eleito presidente, estabelece a SAN e o combate à fome como objetivos prioritários de sua gestão.

Com isso, segundo Vasconcelos (2013), diversos marcos legais e institucionais no campo das políticas públicas de SAN foram empreendidos pelo governo e sociedade civil, como: a reformulação do CONSEA, a criação do Programa Fome Zero, a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome (MDS) e a realização da II e da III CNSAN, bem como a unificação dos programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxilio Gás e Cartão Alimentação e consequente criação do Programa Bolsa Família, a implantação de equipamentos de SAN (Bancos de Alimentos, Restaurantes Populares e Cozinhas Comunitárias), a reformulação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e incorporação da Alimentação e Nutrição como direito humano no artigo 6º da Constituição

Federal (VASCONCELOS, 2013; CRUZ, 2015; PINHEIRO; CARVALHO, 2010; BRASIL, 2011).

3.1.1 Segurança Alimentar E Nutricional

Em 15 de setembro de 2006, a Lei Orgânica de SAN (LOSAN) - nº 11.346 cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) a fim de assegurar o DHAA (BRASIL, 2006) definindo a SAN como:

> O acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006, p.1).

Esse entendimento articula o sistema alimentar em sua integralidade, abrangendo diversas dimensões a respeito da alimentação, desde o acesso a terra, água e meios de produção até o consumo suficiente e permanente de alimentos (MACEDO *et al*., 2009).

Diante disso, a SAN envolve aspectos desde a oferta, passando pela produção, desenvolvimento sustentável, abastecimento e distribuição, chegando ao aproveitamento e aquisição de alimentos, sendo por isso, um termo bastante abrangente que traz a questão do alimento, não só como uma necessidade biológica, mas, sobretudo com caráter cultural, social e afetivo.

Considerando as diversas dimensões da SAN, as estratégias e iniciativas necessárias para sua promoção devem conter ações que abordem tanto o componente alimentar, relacionado com a disponibilidade, produção, comercialização e acesso aos alimentos, quanto com o componente nutricional, que se relaciona às práticas alimentares e a utilização biológica dos alimentos, incorporando práticas que envolvam os diversos setores da sociedade (BRASIL, 2013a).

Para Burlandy (2008), os avanços no campo da SAN nas políticas públicas são possíveis no momento em que esse sistema implementa modos de produção, abastecimento, comercialização e consumo de alimentos sócio, econômico e ambientalmente sustentáveis, respeitando a diversidade cultural, promovendo saúde e garantindo o direito humano à alimentação adequada e saudável. Portanto para que isso ocorra, é necessário, segundo a

autora, ações, políticas e estratégias que impactem de forma integrada essas dimensões que perpassam todo o sistema alimentar, da produção ao consumo.

Considerada uma questão prioritária a partir de 2003, a SAN apresenta componentes importantes, a saber: a soberania alimentar, a qual se configura como o direito dos povos de definir suas políticas e estratégias de garantia do direito à alimentação para toda a população; a sustentabilidade e o DHAA, detalhados mais a frente.

Na atualidade, além da questão da fome e da pobreza, a alimentação se apresenta como fator essencial e indispensável para a saúde, tendo outros problemas como o consumo insuficiente de alimentos in natura e o excessivo consumo de alimentos industrializados como fator de risco para diversas doenças como obesidade, hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares e o câncer, as quais são as principais causas de óbitos no Brasil e no mundo (SCHMIDT *et al*., 2011)

Nas ultimas décadas a população brasileira sofreu mudanças no padrão de saúde e perfil nutricional resultante das diversas transformações sociopolíticas-sanitárias que contribuíram para a diminuição da pobreza e exclusão social e, por isso, da fome e da desnutrição. No entanto, associado a isso, o excesso de peso sofreu um aumento em todas as camadas sociais, levando a um outro problema de saúde pública relacionada com a alimentação e nutrição, o excesso de peso e a obesidade, que já atingem, respectivamente, 52,2% e 16,8% da população brasileira (BRASIL, 2011; BRASIL, 2015).

Essa rápida transição nutricional foi influenciada pela mudança no padrão de consumo, uma vez que produtos industrializados – práticos, rápidos e hipercalóricos, ganharam cada vez mais espaço na acelerada rotina e no paladar da população em geral, o que contribuiu para o desenvolvimento de uma alimentação com baixa qualidade nutricional.

No Brasil, a alimentação é influenciada por diversos aspectos e caracterizada por práticas tradicionais associadas ao consumo de alimentos ultra-processados, com altos teores de gordura, sódio e açúcar e baixo de micronutrientes. Embora esse padrão varie de acordo com classes sociais, grupos etários e regiões, observa-se um aumento expressivo no consumo de alimentos ultra-processados a cada ano e uma estagnação na ingestão de frutas e hortaliças, que se mantém, na maioria dos grupos, metade do valor recomendado pelo Guia Alimentar para a população brasileira (BRASIL, 2011).

Brasileiros de zona rural, comparados aos de zona urbana, apresentam melhor qualidade da dieta, com maiores frequências de consumo de alimentos in natura (BRASIL, 2011). Isso pode ser evidenciado devido à estreita relação existente entre a população rural e a terra, que dela tira seu alimento e seu meio de subsistência, assim como a relação dessa população com

as tradições e influência da cultura sobre as práticas alimentares, antes mesmo da influencia da mídia, da tecnologia e dos avanços da indústria de alimentos.

Diante disso, pode-se elencar como uma das causas da transição nutricional a perda do contato com a terra e o alimento oriundo dela, uma vez que a população urbana apresenta pouca ou nenhuma relação com a natureza, vivendo em prol do trabalho, dos resultados e do dinheiro exigidos pela sociedade extremamente capitalista, ou seja, adquire alimentos em supermercados, e em sua maioria vindos de indústrias, como forma da garantia da praticidade e rapidez que a tecnologia proporciona.

3.1.2 Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável

Direitos humanos são aqueles inerentes aos seres humanos exclusivamente por terem nascido e asseguram às pessoas o direito a uma vida digna. Eles são frutos de negociações históricas que culminaram na promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, no dia 10 de dezembro de 1948. Os conceitos e fundamentos dos direitos humanos foram criados pela Organização das Nações Unidas (ONU) e segundo a Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH), eles existem para garantir a dignidade da pessoa humana e a igualdade de direitos com a finalidade última de promover o bem comum, em consequência dos horrores ocorridos durante a segunda guerra mundial (BRASIL, 2014; BRASIL, 2016).

O DHAA é definido como:

> O direito humano inerente a todas as pessoas de ter acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garantam uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva (PIDESC, 1999).

O DHAA é indispensável para a sobrevivência e se estabelece como o direito fundamental de toda pessoa estar livre da fome, sendo pré-requisito para a realização dos demais direitos humanos (BRASIL, 2013a). Portanto, a fome é percebida como violação de um direito indispensável e fruto de uma sociedade injusta.

Porém, esse direito se inicia pela tentativa de redução da fome, mas não se restringe a isso, uma vez que os seres humanos necessitam muito mais do que atender suas necessidades

biológicas e energéticas. O termo “adequada” não remete apenas à quantidade de calorias e nutrientes, mas sobretudo às condições sociais, econômicas, culturais e ambientais, necessárias a dignidade humana. Uma alimentação adequada colabora para a construção de seres saudáveis e conscientes de seus direitos e deveres enquanto cidadão (VALENTE, 2002).

Segundo o que foi discutido na III CNSAN, realizada em 2012, “alimentação saudável é definida como a realização de um direito humano básico e deve ser garantida de forma socialmente justa e pautada no referencial tradicional local, deve atender às formas de produção ambientalmente sustentáveis, livre de contaminantes físicos, químicos e biológicos e organismos geneticamente modificados” (BRASIL, 2014).

Portanto, o DHAA também está relacionado ao modo de produção alimentar e abrange a disponibilidade, a produção, o abastecimento, a comercialização e o acesso ao alimento. Assim, o modo de produção, bem como as formas de produção, plantio e processamento podem promover ou dificultar o acesso a uma alimentação saudável e adequada (PINHEIRO; CARVALHO, 2010).

A violação do DHAA, muitas vezes não é tão evidente quanto a violação de outros direitos. Reconhecer situações de fome ou quando existe um surto de infecção alimentar é mais perceptível, porém essas não são as únicas formas de infringir o DHAA. Quando os alimentos adquiridos e consumidos estão contaminados por agrotóxicos, colocando em risco a saúde de cada um e cada uma que o consomem, quando a oferta de alimentos industrializados (de baixa qualidade nutricional e produzidos de forma insustentável) é maior que a de alimentos saudáveis e de qualidade nutricional (produzidos de forma sustentável), quando os alimentos em maior abundância nos mercados não respeitam as culturas regionais e tradicionais, ou o meio ambiente, quando crianças são estimuladas a se alimentar de produtos que fazem mal para a saúde devido à publicidade abusiva e da grande oferta destes alimentos em ambientes como a escola, quando comercializam alimentos que utilizam ingredientes provenientes de trabalho escravo – o direito humano à alimentação adequada está sendo violado (BRASIL, 2016).

No entanto, o DHAA torna-se um princípio morto quando não colocado em termos operacionais, realizado em programas e ações implementados pelo poder público, uma vez que cabe ao Estado (Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e seus diferentes agentes) a garantia do respeito, da proteção, da promoção e do provimento dos direitos de todos. Além de que, cada membro da sociedade civil tem um papel fundamental. É preciso reconhecer a alimentação adequada como direito, para, então, conseguir exigi-la e é inaceitável que, em um

mundo com recursos tão abundantes, o DHAA ainda seja um direito violado com tanta frequência (DIAS, 2009; BRASIL, 2016).

3.2 SUSTENTABILIDADE, AGROECOLOGIA E HORTAS COMUNITÁRIAS

O conceito de desenvolvimento sustentável foi firmado durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, mais conhecida como ECO 92, realizada no Rio de Janeiro, como sendo o desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das futuras gerações de atenderem às suas próprias necessidades. Ou seja, para que a sustentabilidade se concretize deve haver a preservação do meio ambiente, associado a responsabilidade social, a qualidade de vida e uso racional dos recursos da natureza (SALVIANI, 2013).

A sustentabilidade deve atender as necessidades básicas de todos os seres vivos e considerar os resultados das ações humanas, de modo a preservar a diversidade, a complexidade e a vida (GALLO; MARTINS; PERES, 2005). Para isso, é preciso encontrar estratégias eficazes de minimizar os impactos do desenvolvimento ao meio ambiente, como forma de conservá-lo e garantir recursos ao futuro.

A agroecologia, de acordo com Aquino e Monteiro (2005), permeia diversas dimensões da sociedade, transformando os mecanismos de exploração social, valorizando uma agricultura socialmente mais justa, economicamente viável e ecologicamente apropriada, resgatando os saberes populares dos povos tradicionais, dos agricultores e a sabedoria da própria natureza, sem excluir o conhecimento cientifico. Levando em consideração não apenas os resultados imediatos das ações, mas principalmente o que elas representarão para o meio ambiente e todos que o habitam, a agroecologia garante uma prática não prejudicial à saúde dos trabalhadores e dos ecossistemas (AQUINO; ASSIS, 2015).

Segundo Altieri (2006, p.7),

> A Agroecologia oferece conhecimentos e as metodologias necessárias para desenvolver uma agricultura que seja, por um lado, ambientalmente adequada e, por outro, altamente produtiva, socialmente eqüitativa e economicamente viável. Através da aplicação dos princípios agroecológicos, poderão ser superados os desafios básicos na construção de agriculturas sustentáveis, ou seja: fazer um melhor uso dos recursos internos; minimizar o uso de insumos externos; reciclar e gerar recursos e insumos no interior dos agroecossistemas; usar com mais eficiências as estratégias de diversificação que aumentem o sinergismo entre os componentes-chave de cada agroecossistema.

Nesta direção, observa-se o movimento atual em torno da economia solidária, prática coletiva de produção, comercialização e troca solidária, muito presente em sociedades tradicionais que vem se intensificando nas últimas décadas. Orientada por princípios de equidade, o desenvolvimento da economia solidária surge em meio à ação mobilizadora de movimentos sociais e de diversas sociedades civis que se dedicam à práticas de cooperação econômica (MELO, 2005).

A agroecologia e a economia solidária, sendo iniciativas ambientalmente sustentáveis, dialogam com as propostas da SAN e da Promoção da Saúde, uma vez que se apresentam como um processo que envolve proteção e conservação de recursos naturais, diminuindo, com isso, os impactos no meio ambiente e melhorando os entornos físicos, sociais, culturais e econômicos da região. Através de hortas comunitárias, a agroecologia toma forma ao reduzir o uso de produtos químicos na produção de alimentos, como os contaminantes, fertilizantes sintéticos, aditivos e hormônios, respeitando e protegendo o meio ambiente, os trabalhadores da região e os consumidores e promovendo de forma ecológica o meio de sustento dos indivíduos e comunidades (BRASIL, 2009).

Assim, as hortas comunitárias permitem aproveitar espaços públicos, antes utilizados para descarte indevido de lixo e resíduos e acumulo de insetos e animais roedores, para a produção de alimentos, plantas medicinais e ornamentais, além de alcançar resultados significativos quanto à recuperação da biodiversidade dos agrossistemas e do entorno, ao aumento da renda das famílias envolvidas, ao empoderamento do agricultor, ao reconhecimento das identidades e raízes culturais e à autonomia e participação popular, uma vez que estimula aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais em sua prática (RIBEIRO, 2013).

Situado na perspectiva da Agricultura Urbana, o cultivo de ervas, condimentos, medicinais, hortaliças e até mesmo algumas frutíferas em pequenos espaços nas grandes metrópoles vem ganhando cada vez mais adeptos. O cultivo de alimentos no ambiente urbano é uma prática milenar, mas foi na segunda metade da década de 1990, em meio às várias mudanças da sociedade contemporânea (em que se destacam o processo de globalização, o avanço das tecnologias de informação, a estruturação de um sistema agroalimentar com repercussões nos hábitos alimentares, além do predomínio das monoculturas em meio rural) que a chamada agricultura urbana e periurbana adquiriram destaque no cenário nacional (RIBEIRO; BÓGUS; WATANABE, 2015; COSTA *et al.*, 2015).

O cenário de pobreza e fome, associado ao processo de transição nutricional, foram essenciais para que as iniciativas de fomento à agricultura urbana e periurbana tomassem

impulso como uma estratégia de geração de renda e subsistência da população, bem como de diminuição de problemas relacionados à alimentação e ao meio ambiente, contribuindo com a produção de alimentos. Com isso, no início desse século, tais iniciativas passaram a fazer parte de políticas públicas que impulsionaram estratégias de redução da pobreza e de promoção da SAN (BRANCO; ALCANTARA; MELO, 2007; CASTELO BRANCO, 2011)

Nesse contexto, as hortas comunitárias constituem espaços que auxiliam na geração de renda e no acesso a alimentos, principalmente em comunidades vulneráveis. No entanto, elas ultrapassam a produção de alimentos, agregando dimensões e significados e criando ambientes saudáveis em que se estabelecem a ação comunitária, o desenvolvimento de habilidades pessoais, a autonomia e o resgate da cultura e tradições dos povos (COSTA *et al*., 2015). Nesses espaços de convívio e aprendizagem, destaca-se a disseminação de valores solidários, a prática da autogestão, a não exploração dos trabalhadores, a divisão equitativa de benefícios e a sustentabilidade (MELO, 2005).

Com o intuito de empoderamento e promoção da alimentação saudável, uma horta comunitária ajuda a produzir alimentos saudáveis e frescos, a promover a socialização entre vizinhos e até a valorizar a região, principalmente quando instaladas em áreas de vulnerabilidade social. As funções vão desde o plantio até atividades educativas, garantindo o fortalecimento da comunidade, mediante o aumento da auto-estima do grupo, exercício da cidadania e da participação política (MELO, 2005).

Para Costa *et al.* (2015), o cultivo de hortas em bases agroecológicas promove melhoria da qualidade de vida, uma vez que colabora na prevenção de doenças e na Promoção da Saúde, possibilitando a participação popular e o resgate de práticas e hábitos tradicionais.

De acordo com Machado e Machado (2002), boa parte dos quintais domésticos e terrenos baldios, em áreas periféricas, destinam-se ao acúmulo de lixo e entulho. A limpeza desses espaços ociosos para o plantio proporciona melhor utilização do ambiente local, diminuindo a proliferação de insetos, animais roedores e consequentemente de doenças, contribuindo positivamente na saúde das pessoas. Portanto, utilizando melhor os espaços urbanos e realizando o adequado manejo dos recursos do solo e da água, a partir de construção de Hortas Comunitárias, é possível preservar o meio ambiente e garantir dignidade de vida para pessoas que vivem às margens dos centros urbanos (RIBEIRO; BÓGUS; WATANABE, 2015).

A partir da horta, é possível alterar sensivelmente a relação dos indivíduos com o ambiente em que vivem e estimular a construção dos princípios de responsabilidade e comprometimento com a natureza. Além disso, estimula conhecimentos, habilidades e

discussão sobre a importância do consumo de alimentos de forma adequada, saudável e segura, conscientizando quanto a práticas alimentares mais saudáveis. Assim, trabalha-se desde a produção de alimentos até a escolha e o consumo desses, incluindo as práticas coletivas e a destinação de resíduos, bem como a sustentabilidade ambiental, econômica e social (BORTOLON; MENDES, 2014).

As hortas comunitárias abordam o sistema alimentar em sua integralidade, a sustentabilidade, a valorização do alimento e a promoção da autonomia e do autocuidado. Além disso, quando articuladas às práticas de Educação Popular, tendem a valorizar os processos ativos e permanentes de educação que incentivam a troca de saberes, o diálogo e a construção compartilhada, como forma de propiciar a inclusão de indivíduos em temáticas de interesse da comunidade, procurando estimular a mobilização social e a busca por melhorias no território (RODRIGUES; VASCONCELOS, 2016).

3.3 EDUCAÇÃO POPULAR

A Educação Popular surge em meio às diversas perspectivas críticas de pensar o fenômeno da Educação na América Latina e começa a se estruturar como teoria e prática social, no final da década de 1950, através de uma ação precursora do Serviço de Extensão da Universidade de Pernambuco com experiências de alfabetização com jovens e adultos, em que intelectuais e educadores se voltam para questões populares, buscando trabalhar, pedagogicamente, o homem de forma a promover o crescimento da análise crítica sobre a realidade e possibilitando estratégias de luta e enfrentamento. Com isso, a Educação Popular passa a ser melhor elaborada teórica e metodologicamente como abordagem educativa, sendo também conhecida como método Paulo Freire, visto que o professor pernambucano foi um dos principais responsáveis pelo aperfeiçoamento filosófico desta abordagem da educação (CRUZ, 2010; VASCONCELOS, 2013; CRUZ, 2015).

Portanto, a Educação Popular nasce com o intuito de contribuir para um nova compreensão da educação, que questiona os processos pedagógicos tradicionais e propõe uma alternativa para as classes populares através de relações respeitosas e horizontais entre educador e educando, tendo como ponto de partida a cultura, as experiências e os saberes desses sujeitos (CRUZ, 2010).

Para Pereira e Pereira (2010, p.84):

> Falar em Educação popular, hoje, é falar do conflito que move a humanidade; é falar dos sonhos e ao mesmo tempo dos sofrimentos humanos. É falar de uma perspectiva de Educação cujo ponto de partida é a realidade social, que tem como objetivo reacender "a chama da esperança", a crença de que "um outro mundo é possível", por meio de novas formas de participação social, rumo à construção de uma sociedade mais justa e mais humana.

Com isso, esta concepção de educação é entendida como o conjunto das práticas educativas vinculadas aos movimentos sociais de base, que fortalecem as classes populares como sujeito de construção do saber popular, além de contribuir na organização e resistência contra a exploração e dominação a que vêm sendo historicamente submetidas (FLEURI, 1990). Dentro dessa perspectiva, a proposta metodológica da Educação Popular baseia-se no encontro da cultura popular e científica, no sentido de estabelecer relações através de ações pedagógicas e comunicativas, entre sujeitos de saberes e experiências diversificadas, com o objetivo de buscar a interação e cooperação dos interesses mútuos de forma motivadora (BRESSAN, 2011).

No entanto, a palavra *popular* presente no conceito de Educação Popular, não se refere ao público ao qual o processo educativo é orientado, mas à sua perspectiva política, ou seja, de estar a serviço da realização dos interesses das classes populares. Além disso, ela exerce um papel fundante na construção da participação popular, como modo comprometido de conduzir o trabalho educativo, enfatizando processos que contribuam na conquista de liberdade e de direitos e na construção de uma sociedade ancorada na solidariedade, na justiça e na participação de todos (VASCONCELOS, 2011).

Protagonizada pelos Movimentos Sociais Populares, a Educação Popular nos põe diante da possibilidade de construir uma saída alternativa à tendência dominante, sendo essa saída continuamente alimentada pela utopia de construção de uma sociedade, como diz Calado (2014, p. 361), "economicamente justa, socialmente solidária, politicamente igualitária e culturalmente diversa". Com isso, compreende-se a Educação Popular como um processo coletivo de produção e socialização do conhecimento que possibilita a leitura crítica da realidade com o objetivo de transformá-la (CALADO, 2014; PULGA, 2014). Conceitualmente, trata-se de prática educativa em uma concepção emancipatória e que se vincula a um projeto na defesa da transformação da realidade em curso, vista como instrumentalizadora de transformações político-sociais profundas (CANANEA, 2016).

Para Calado (2014), a Educação Popular possui como principais características, a intenção de propiciar relações para que os sujeitos se eduquem em comunhão, no mutirão do

dia a dia, de forma a estimular seus protagonistas à permanente curiosidade e estado de busca, ensinando e aprendendo a partir e com as pessoas comuns, e assegurando o protagonismo do conjunto de seus participantes. Com isso, se propõe à construir um processo formativo permanente, protagonizado pelas camadas populares e alimentado pela utopia de uma sociedade justa e solidária.

A Educação Popular é um processo formativo permanente, uma vez que, sendo o ser humano inconcluso, seu processo de humanização se estende ao longo da vida de modo ininterrupto. Não se trata de mera aquisição de conhecimentos ou de fazer coisas consideradas significativas, e sim um processo que aponta para um horizonte de constante humanização e respeito pelo planeta e pelo outro. Com isso, propicia aos protagonistas agirem como parceiros que constroem ações que estimulam a capacidade de ensinar e aprender de forma a identificar e superar os próprios limites, pelo exercício contínuo da autocrítica (CANANEA, 2016).

As ações de educação popular são parte importante do processo organizativo e não apenas uma atividade com a qual as organizações políticas e as comunidades se relacionam. Sendo um processo de permanente teorização sobre a prática, ligado indissoluvelmente ao processo organizativo e de mobilização das massas, a Educação Popular busca fomentar a mobilização e os processos de luta para a transformação social (JARA, 1994; BRASIL, 2014).

Nessa perspectiva, se caracteriza pelo dialogo entre os sujeitos e pela humanização em suas ações, promovendo a participação desses de forma a incentivar a reflexão, a afetividade, a criatividade e a autonomia. Somado a isso, a Educação Popular, como afirma Pulga (2014, p. 128), “tem o compromisso com os oprimidos” e possui como ponto inicial os saberes e práticas populares, como forma de produzir novas relações e promover o protagonismo dos diversos sujeitos (PULGA, 2014).

Para Freire (2007), existem alguns princípios fundamentais para aqueles que trabalham com o povo, entre eles: “saber ouvir”, “aprender/estar com o outro” e “viver pacientemente impaciente”. Ou seja, é preciso respeitar no outro o direito de dizer a sua palavra, mesmo que ela seja contraditória; estar, aprender e fazer com o outro, não simplesmente ‘para’ ou ‘sobre’ o outro, mas é preciso, segundo ele “construir com o povo o seu direito à liberdade e à afirmação da vida com dignidade”, reconhecendo que ninguém sabe tudo e ninguém ignora tudo; bem como, é fundamental viver a relação paciência e impaciência, como forma de não perder a crítica, recriar, reaprender e, afinal, fazer - sem imediatismos.

Pulga (2014) destaca como os princípios da Educação Popular: o desenvolvimento de atividades construtivas, como forma de desenvolver a criatividade através de pesquisas,

diálogos, indagações, investigações e estudos; a educação como meio de construção de conhecimento tanto individual quanto coletivo; a construção da dignidade humana e do protagonismo transformador da realidade; a visão social de mundo a partir da solidariedade e da justiça; o combate à discriminação e o fortalecimento da equidade, entre outros aspectos que perpassam as diversas ações da Educação Popular e constrói sujeitos autônomos e cientes de seu papel na sociedade.

No âmbito da saúde, a Educação Popular se apresenta como um campo de reflexões e práticas que questionam as iniciativas verticalizadas e normatizadoras na prática da promoção da saúde e estimulam a criticidade e a conquista da integralidade em suas ações (ALENCAR; SOUSA, 2014). Este fato aponta para a finalização, em 2012, da construção da Política Nacional de Educação Popular em Saúde no SUS – PNEPS-SUS, aprovada pela portaria n. 2.761 de 19 de Novembro de 2013, que reafirma os princípios doutrinários de Integralidade, Equidade e Universalidade do SUS e impulsiona ações mais coerentes e participativas (BRASIL, 2013b).

Somado a isso, a Educação Popular se articula a Promoção da SAN e do DHAA na medida em que defende, em sua concepção ético-política, os desfavorecidos, a saúde pública, a valorização da diversidade, a preservação da memória e do patrimônio material e imaterial. Além disso, defende o direito à moradia, luta pela reforma agrária, o direito ao trabalho digno, a liberdade de expressão, o direito à participação social e a sustentabilidade ambiental (CANANEA, 2016).

4 HORTA POPULAR BOA ESPERANÇA: CAMINHOS E DESAFIOS PARA A PROMOÇÃO DA SAN

A partir do grupo discussão realizado com diferentes atores envolvidos nesse espaço, fizemos uma reconstituição histórica em forma de linha do tempo, caracterizado abaixo, como forma de rememorar o processo de construção da Horta Comunitária, evidenciando aprendizados, caminhos e limites para a promoção da SAN.

4.1 RECONSTITUIÇÃO HISTÓRICA

4.1.1 O Ponto de Partida

A formação de um grupo comprometido com a construção da horta comunitária na comunidade Boa Esperança teve inicio pouco depois da instituição da coordenação comunitária do PINAB em 2013, compondo uma das ações pensadas para a nova configuração do Programa de Extensão, como forma de trabalhar a Promoção da SAN e do DHAA em suas ações, bem como estratégias concretas de produção de alimentos e de superação da situação de fome e pobreza vivenciada por algumas famílias no local, de forma sustentável e solidária (CRUZ, 2015).

Em seu início, o grupo investiu em reuniões internas de formação e planejamento, tendo como objetivo enriquecer os conceitos e conhecimentos acerca de ações de SAN como estratégia do combate à fome e à pobreza. Com isso, priorizou-se estudar e se aprofundar temáticas relevantes dentro do tema através de leituras, discussões e a utilização de vídeos, além de analisarem as concepções de soberania alimentar e insegurança alimentar, bem como os fatores relacionados e as medidas para superá-la (CRUZ, 2015; RODRIGUES et al., 2013).

Após esse período formativo e de planejamento, foi necessário se reunir com a comunidade, uma vez que era preciso dialogar com os moradores do território e discutir como seria a implantação dessa horta. Em uma das reuniões, na casa de Dora (integrante da coordenação comunitária do PINAB e liderança comunitária da Boa Esperança), foi feita uma discussão sobre o local de realização da horta. Surgiram opções como escola, creche ou a proposta de realização de hortas domésticas com garrafas pet, em forma de hortas suspensas, sendo posteriormente decidido que a proposta seria para toda a comunidade e o espaço utilizado seria um terreno baldio próximo à nascente do Rio Jaguaribe, utilizado para descarte inapropriado de lixo. Foi convidado a participar dessa construção, Santo da Terra (Francisco

Nascimento), que já possuía experiência com horta na Universidade Federal de Campina Grande – UFCG e é integrante do MOPS-PB.

Figura 1 Reunião com lideranças da Comunidade Boa Esperança, Casa de Dora, 2013.

As reuniões também foram feitas com o "*pessoal da comunidade lá de baixo" (Dora, em Entrevista durante o Grupo de Discussão),* região da Boa Esperança próxima à nascente do rio citado anteriormente e chamada assim devido sua posição geográfica, uma vez que é necessário descer escadarias ou ladeiras para chegar nesse espaço. Essas lideranças mencionadas por Dora são as que controlam o comércio de drogas ilícitas no território e o espaço em que a horta seria construída, sendo a partir de então referidas, neste trabalho, como os próprios moradores do território referem: "*lideranças lá de baixo"*.

Após as inúmeras reuniões de planejamento e parcerias firmadas, foi realizada uma caminhada de reconhecimento pela comunidade e de divulgação do projeto da horta comunitária aos demais moradores. Todos os envolvidos *"batiam de porta em porta chamando os moradores da Boa Esperança para conhecerem e participarem do Projeto" (Santo da Terra, em Entrevista durante Grupo de Discussão).* Nesse dia, foram distribuídos convites para que todos aqueles interessados em contribuir, participassem de uma reunião no "cercadinho" - espaço utilizado por alguns moradores da Boa Esperança nos finais de semana para o lazer e assim chamado por ser todo delimitado com arame farpado.

Nessa reunião, cujo objetivo era pensar em conjunto estratégias para concretização da proposta da horta, nenhum morador compareceu, porém foi encaminhada a realização de um mutirão com o objetivo de limpar o local que seria utilizado na região próxima à nascente do Rio Jaguaribe e que começaríamos primeiramente com os estudantes, coordenadores e lideranças comunitárias integrantes do PINAB, com o intuito de incentivar e contagiar os demais a participarem.

Figura 2 Caminhada de divulgação da proposta da horta comunitária, Boa Esperança, 2014.

Portanto, na outra semana, todos os integrantes do PINAB e de outros projetos da UFPB, parceiros do PINAB, desceram a comunidade até a parte mais baixa da Boa Esperança, chamando novamente os moradores a se envolverem na iniciativa. Devido a presença dos palhaços cuidadores do PINAB – formados pela Oficina do Riso do Projeto PalhaSUS/UFPB[9], muitas crianças acompanharam a descida, junto com alguns moradores da Boa Esperança. Todos se uniram para limpar o território, ou seja, retirar todo o lixo que tinha sido jogado às margens do Rio Jaguaribe, e plantar árvores como forma de dar o ponta pé inicial para essa construção.

Figura 3 Mutirão de limpeza do terreno às margens do Rio Jaguaribe, Boa Esperança, 2014.

[9] Oficina do Riso é uma oficina formativa para Palhaços cuidadores promovida pelo Projeto de Extensão PalhaSUS, o qual se propõe a levar, através da arte, da cultura popular e da alegria, a humanização à grupos em vulnerabilidade médico-hospitalar.

4.1.2 Entre Sementes e Raízes

Os encontros com a comunidade eram semanais e no primeiro momento teve o objetivo de realizar a limpeza da área e o plantio de algumas espécies de árvores em seu entorno, como proposta de revitalização da área verde local (ARAUJO et al., 2014b).

Nesse processo inicial de construção da horta, foram plantados: Ipê Rosa, Aroeira da Praia, Jacarandá e Oiticica. Santo da Terra lembra que na outra semana, ao chegarmos na Boa Esperança, havíamos notado que *"o jegue de um morador passou pelo local e comeu tudo o que tínhamos plantado, e que também tinha mais lixo no local do que antes da limpeza"(Santo da Terra, em Entrevista durante Grupo de Discussão),* visto que o local também era usado por um dos moradores para atividades de reciclagem. Por isso, novo mutirão de limpeza foi realizado na região da nascente. No entanto, a coordenação do PINAB junto às lideranças comunitárias, em nova reunião, pensou e propôs um novo espaço para a construção da horta, que seria dentro do "cercadinho". Assim, foi dado início a limpeza e construção dos canteiros. O processo de limpeza foi continuo, seguindo a sequencia *"limpeza – destruição e mais sujeira – limpeza de novo" (Santo da Terra, em Entrevista durante Grupo de Discussão).*

Figura 4 Novo espaço definido para a construção da horta comunitária, Boa Esperança, 2014.

No primeiro ano de construção da horta comunitária, as atividades eram divididas em manutenção do espaço da horta, cultivo, reunião com os moradores e lanche de confraternização. Além dos extensionistas, participavam das ações principalmente crianças de várias idades, um jovem e algumas senhoras. Em uma dessas reuniões, todos os presentes

puderam sugerir possíveis nomes para a horta e depois fizemos uma votação. O nome preferido pela maioria e que foi utilizado para denominar a horta comunitária foi Horta Popular Boa Esperança.

> *"As primeiras plantações da horta comunitária foram: hortelã graúda, saião, capim santo, cidreira, hortelã da folha miúda e babosa. Depois foi plantado: coentro, berinjela, cebolinha, pimentão, rúcula, batata, tomate (tudo isso foi colhido e entregue ao pessoal da comunidade). Foi plantado ainda, duas castanhas de caju, mamão e acerola, com ajuda de algumas senhoras da comunidade. Além de chambá, erva doce, louro, manjericão e camomila. O único que não foi colhido foi a alface, porque não cuidaram direito" (Santo da Terra, em Entrevista durante Grupo de Discussão).*

Figura 5 Santo da Terra e Dona Marina (uma das senhoras participantes do grupo, Boa Esperança, 2014)

Figura 6 Tomate cereja e batata doce colhidos, Boa Esperança, 2015.

Figura 7 Berinjela colhida na horta, Boa Esperança, 2015.

Figura 8 Coentro colhido na horta, Boa Esperança, 2015.

Figura 9 Mamão colhido na horta, Boa Esperança, 2015.

4.1.3 Atividade Complementares

As reuniões após o processo de cultivo foram aos poucos sendo substituídas por atividades educativas, de integração entre os participantes ou trabalhos de reciclagem com objetos encontrados próximo à Horta. Tais atividades eram realizadas em forma de rodas de conversa ou dinâmicas educativas com os comunitários no sentido de debater temas pertinentes ao processo que incluem questões relativas à saúde, qualidade de vida, participação popular, sustentabilidade, alimentação saudável, agroecologia, economia solidária, entre outros (ARAUJO et al., 2014a).

Figura 10 Trabalho de reciclagem com pneus, Boa Esperança, 2015.

Em uma dessas atividades, as garrafas de vidro retiradas da nascente do rio nos dias de mutirão foram recicladas e utilizadas posteriormente para ornamentação. As placas com o nome da Horta e com a indicação de “proibido jogar lixo” foram confeccionadas com tábuas de madeira recicladas, foram utilizadas garrafas pet e pneus pintados para a construção e delimitação dos canteiros, bem como foi organizada uma oficina de pintura para confecção das plaquinhas de identificação dos canteiros e construção de um balanço com pneu reciclado para as crianças moradoras da Boa Esperança (TAVARES, 2016).

Figura 11 Delimitação dos canteiros com garrafas pet, Boa Esperança, 2014.

Duas dessas atividades realizadas com as crianças foram sobre reciclagem e separação do lixo. Na primeira, discutimos o tempo de degradação dos materiais encontrados no próprio lixo próximo à nascente do Rio Jaguaribe, em um dos mutirões de limpeza; e na outra foram comprados baldes de lixo para colocar no espaço da Horta, uma vez que muitos moradores descartam lixo naquela região, tanto por não possuir coletores quanto pela coleta insuficiente que acontece pela empresa de lixo urbano, por motivos de dificuldade de acesso. Portanto, de forma lúdica, utilizamos o símbolo e as cores referentes aos diferentes tipos de materiais que poderíamos encontrar no espaço para confeccionar e sinalizar os baldes. Após a confecção, as crianças tinham que encontrar os materiais que estavam responsáveis e recolhê-los nos respectivos baldes.

Figura 12 Atividade - tempo de degradação dos materiais encontrados no lixo. Boa Esperança, 2014.

Como atividade em outro momento, Santo da Terra convidou uma senhora de Campinha Grande que produz sabão a partir de óleo de cozinha reutilizado para compartilhar seus conhecimentos com o grupo durante uma oficina de fabricação de sabão na Horta Popular. Os integrantes do grupo, após as atividades de manutenção da horta, se reuniram para juntos aprender os processos de produção do sabão ecológico. Todos puderam contribuir e levar para casa um pedaço da barra de sabão. Oficinas de chá com produto da Horta também foram feitas no próprio espaço de cultivo e na USF – Vila Saúde, com produção de chás de erva cidreira, capim santo e hortelã como forma de divulgar a proposta e convidar mais moradores à contribuírem nessa construção (TAVARES, 2016).

Outra atividade bastante enriquecedora foi uma oficina de fabricação de lambedor (xarope caseiro). Com a aproximação da equipe de residentes multiprofissionais e de alguns

ACSs da USF Vila Saúde, foi proposta a realização dessa oficina, em que uma moradora da comunidade muito envolvida com a fabricação de remédios caseiros faria um lambedor com algumas ervas medicinais colhidas na Horta Popular Boa Esperança. O residente de medicina participou e contribuiu bastante com o espaço, e junto à moradora fabricante do lambedor construíram um rico diálogo sobre os benefícios das plantas medicinais, o que consistiu, na minha concepção, na concretização do compartilhamento de saberes e experiências acadêmicas e populares.

Algumas atividades, também realizadas após a manutenção da horta, limpeza e plantio de novas espécies de hortaliças e ervas medicinais, foram protagonizadas por outro grupo do PINAB chamado Saúde na Comunidade. As ações desse grupo ocorriam quinzenalmente com ACS's, estudantes, professores e moradores que residem nas proximidades da horta. Nos encontros do grupo foram utilizadas estratégias para debater temas relacionados à conscientização ambiental e à saúde, com o objetivo de apresentar a importância do trabalho em equipe e de zelar não apenas pelo local em que a horta se encontra, mas por todos os espaços nos quais estamos inseridos. Tais estratégias foram empregadas através de dinâmicas de caráter coletivo e nelas foram utilizados tais recursos: configuração de cartazes informativos e rodas de conversas, bem como a experiência da "tenda do conto"[10] (ARAUJO et al., 2014a).

Figura 13 Tenda do Conto, Boa Esperança, 2015.

A equipe de Saúde da Família passou a atuar em conjunto com o grupo horta. O médico residente, "*incentivava o uso de ervas medicinais como alternativa terapêutica aos usuários*

[10] Espaço destinado aos participantes contar suas vivencias a partir de um objeto físico, o qual é colocado na tenda.

do território e os orientava a buscá-las na horta" (Eulina, em Entrevista durante Grupo de Discussão), e os chás feitos com os produtos da horta "*foram utilizados nas reuniões de equipe e em alguns grupos da USF (Santo da Terra, em Entrevista durante Grupo de Discussão).*

Figura 14 Contribuição da residente italiana Mariana da Universidade de Bologna – Itália, Boa Esperança, 2014.

A Horta Popular Boa Esperança recebeu pessoas de outros países, como Itália e Canadá, além de outros estados do Brasil, que tiveram a curiosidade de conhecer uma estratégia de promoção da SAN a partir de uma horta comunitária localizada em área vulnerável. Chegaram, contribuíram e levaram essa experiência para suas cidades.

4.1.4 O Processo de Desmobilização

Apesar de todo o movimento que a Horta Popular proporcionou ao PINAB e à comunidade Boa Esperança, com a greve da UFPB no ano de 2014 o Programa sofreu uma evasão de extensionistas que voltaram para suas cidades durante esse período. Tentamos ao máximo manter as atividades com os poucos que moravam em João Pessoa e conseguimos. Porém o calendário da UFPB mudou bastante, como forma de tentar regularizar o semestre letivo. Então, os recessos entre os períodos e de final de ano dificultaram o andamento das ações na horta popular. Outro fato que fragilizou as ações foi a mudança de extensionistas no grupo. Os bolsistas do PINAB (maior parte dos estudantes veteranos), a partir de 2015, não compuseram mais os grupos operativos, e ficaram com atribuições referentes apenas a

proposta do programa de bolsas estudantis. Com isso, o quadro de extensionistas dos grupos passou a ser composto por estudantes recém-ingressantes (novatos) que não conheciam bem as ações, as metodologias e a comunidade em si. Além do mais, a comunidade não os conhecia.

Embora essa transição tenha sido feita de forma cuidadosa, o fato das crianças da comunidade não terem vínculo com tais extensionistas novatos, contribuiu para o enfraquecimento do grupo. Isso era notável quando os antigos integrantes iam à comunidade acompanhar algumas ações e elas questionavam bastante a ausência destes, e não compreendiam os motivos do seu afastamento das atividades.

Associado a isso, passamos por um período intenso de conflitos dentro da comunidade. Momentos em que não podíamos entrar, devido a situação instável entre as *"lideranças lá de baixo"* e a policia ou entre eles e lideranças de outras comunidades. Com isso, os extensionistas não iam para a Horta e também não podiam informar aos moradores os reais motivos da ausência, embora eles perguntassem e não entendessem a situação.

Com isso, a divulgação era constante e se intensificava, mas a comunidade não respondia. Embora alguns moradores relatassem que buscavam os produtos da horta, não chegavam a contribuir com as ações. Muitos diziam que não tinham tempo porque trabalhavam ou estudavam, entre outros motivos. Portanto, como estratégia de divulgação, os extensionistas tentaram aproximar a Horta Popular das escolas da área, porém havia muita resistência e preocupação por parte da coordenação, uma vez que o espaço é considerado uma área de risco. Por isso, essa proposta não foi viabilizada. Contudo, alguns estudantes conseguiram fazer uma divulgação para os alunos do projeto Educação de Jovens e Adultos, como forma de incentivá-los a participar e contribuir com o espaço.

Pedro, um dos coordenadores do PINAB, pediu para Dora convidar alguém da comunidade para ajudar Santo da Terra no mês de Novembro de 2015. O rapaz que foi chamado se animou, mas teve que se afastar devido a ameaças de morte sofridas por parte das "*lideranças lá de baixo"*. Dora acrescenta que ficou bastante chateada porque as cadeiras do PINAB que ficaram sob responsabilidade de um morador da Boa Esperança, sumiram e ela não tinha coragem de perguntar onde as cadeiras estavam. Ou seja, algumas situações foram fragilizando a relação comunidade-horta e começaram a minar o grupo responsável pelas atividades.

Final de 2015, a coordenação do PINAB começa a pensar de forma mais crítica a incipiente participação da comunidade na Horta e nas possíveis estratégias para incentivar ainda mais a comunidade a protagonizar essa ação, visto que, 2016 seria o ultimo ano do

PINAB a frente dela e que em 2017 a proposta era deixar a comunidade caminhar com as próprias pernas. Isso porque já se observava uma dependência da comunidade frente às ações desempenhadas pelo PINAB. O papel do Programa é promover e impulsionar as ações, mas não é papel do PINAB manter aquela ação funcionando. O objetivo é dar o primeiro passo para que a comunidade consiga caminhar. Afinal de contas, os extensionistas e professores "*não moram lá, não sofrem com os problemas de lá" (Dora, em Entrevista durante Grupo de Discussão)*. E era notável que a comunidade não tinha abraçado a Horta, não assumiu o compromisso para si, não foi contagiada pela empolgação do Programa.

A horta foi "*um fogo que estava aceso, que se tivesse colocado lenha ele tinha crescido; só que alguém chegou e apagou a chama. Alguém chegou, soprou e apagou a chama" (Eulina, em Entrevista durante Grupo de Discussão).* Esse sopro aconteceu em Dezembro de 2015, quando, mediante um rodízio para que durante o recesso na UFPB não faltasse estudantes nas ações, na primeira semana da ida à horta, Iris e Elina, extensionistas, e Bruno, integrante da coordenação, "*encontraram tudo revirado, as plantas derrubadas, as garrafas dos canteiros abertas e jogadas, tudo bagunçado" (Íris, em Entrevista durante Grupo de Discussão).* "*Foi uma cena muito triste*", acrescenta. Eles queriam limpar, mas não sabiam por onde começar, tamanha era a desordem no local. Ao irem atrás dos instrumentos para a limpeza, o material não estava na casa onde sempre ficava guardado. Após esse fato, o grupo não sabia mais como seria a continuidade das ações. Nesse período, ficou decidido que durante o recesso letivo, nenhum extensionista iria para a horta até que a coordenação averiguasse a situação com as lideranças comunitárias. O sentimento era de preocupação e receio. Por isso, após uma reunião com Dora, com o objetivo de entender a situação, a coordenação do PINAB optou por suspender sua inserção naquela área.

Nesse período, houve uma presença muito forte da polícia dentro da Boa Esperança e as "*lideranças lá de baixo*" foram presas. Como percurso natural, outras lideranças tomaram a frente. Porém esses novos "mandantes" do território não nos conheciam, o que dificultou o diálogo, como explicou Dora.

Em fevereiro, no retorno das atividades, os extensionistas junto com a coordenação decidiram que deveriam voltar na horta para limpar o espaço, já que tinha pneus e garrafas jogadas, que poderiam ser focos de insetos e outros animais, além de que estavam poluindo o ambiente. Elina, Iris e Carol (nutricionista egressa do PINAB) se propuseram a fazer a limpeza do espaço, mas foram surpreendidas por alguns rapazes que as cercaram e questionaram a ausência do grupo na comunidade. Devido às incertezas sobre a segurança dos estudantes e instabilidade no território, a coordenação do PINAB decide se afastar das

atividades na Horta. Porém convocou uma reunião com os moradores que participaram da construção, bem como a equipe de saúde da Vila Saúde.

Nessa reunião, realizada em janeiro de 2016, foi decidido quais rumos o grupo horta do PINAB tomaria. Nenhum morador da comunidade compareceu, estando presente apenas os estudantes e coordenadores do PINAB e alguns ACSs. Com isso, decidimos que as ações da Horta Popular Boa Esperança não iriam continuar. A chama estava apagada. E refletimos que mesmo que o sopro não tivesse acontecido, a comunidade não foi contagiada ao ponto de protagonizar a construção de uma horta comunitária e com isso, mais cedo ou mais tarde essa decisão seria tomada.

4.2 ANÁLISE CRÍTICA

4.1 Aprendizados

A Horta Popular Boa Esperança favoreceu a produção de alimentos em ambientes livres de produtos químicos, aproximou os indivíduos a partir de um trabalho social coletivo e se configurou como uma possível e potente estratégia para o enfrentamento de situações emergenciais de fome e carências nutricionais de forma sustentável. Além disso, os processos ativos e permanentes de educação, os quais promoveram a troca de saberes, o diálogo e a construção compartilhada, foram valorizados como forma de estimular a mobilização social e a busca por melhorias no território (RODRIGUES, VASCONCELOS, 2016).

Figura 15 Tomate plantado na Horta, Boa Esperança, 2015

Para os extensionistas, segundo Vasconcelos, Tavares e Rodrigues (2014, p. 371), a Horta foi um *"espaço de troca de saberes e experiências, de reflexão crítica sobre o sistema alimentar ao qual estamos inseridos, bem como de promoção de práticas alimentares saudáveis e sustentáveis"*, que proporcionou aos estudantes perceberem a importância da interdisciplinaridade na promoção da SAN e no trabalho em equipe, de forma a incentivar à participação popular, o diálogo para a construção de saberes, o respeito às singularidades de cada individuo, e principalmente o aprimoramento do conhecimento acerca da humanização na formação profissional e pessoal, não compreendido em salas de aulas ou livros acadêmicos, mas sobretudo a partir da inserção pró-ativa e compromissada na realidade social (Relatório do Grupo Horta do PINAB 2014.2).

Como dito anteriormente, a Horta Popular Boa Esperança foi um movimento, não foi apenas um espaço com diversos produtos. Pensamos, sonhamos, planejamos e concretizamos. Ela movimentou todo o grupo, o PINAB, a USF, a comunidade e deixou inúmeros desdobramentos. Ela foi "*um fio condutor e um fogo acesso por um tempo, mas que após alguns anos o vento soprou e apagou a chama" (Eulina, em Entrevista durante o Grupo de Discussão).* Eulina cita como um desses desdobramentos, a parceria do PINAB com os profissionais de saúde da USF – Vila Saúde que já acontecia em alguns grupos tempos atrás. Mas foi com a horta que essa relação que estava adormecida veio à tona novamente. Felipe, médico residente, se engajou no processo e trouxe o olhar cuidadoso e fitoterápico, com prescrições de chás como alternativa terapêutica aos usuários do território.

> *"Não via muito ação dos moradores (de ajudarem), poucos iam à horta para ajudar na manutenção, para ajudar a cuidar, mas muitos diziam que iam lá pegar Camomila. Então a gente via que a horta tinha um trânsito da comunidade. E Felipe contribui para isso, enquanto médico da unidade que atende a população que mora perto da horta. Ele incentivou diversas vezes o uso de plantas medicinais e isso somou bastante" (Drica, em Entrevista durante o Grupo de Discussão).*

Portanto, embora os moradores do território atuassem de forma tímida na construção da horta, os produtos oriundos dela eram *"patrimônio deles" (Santo da Terra, em Entrevista durante o Grupo de Discussão).*

Figura 16 Canteiro de plantação de alface, Boa Esperança, 2015

A Boa Esperança pôde, enquanto a horta esteve viva, colher diversas plantas medicinais, hortaliças e frutos para consumo próprio. Os produtos da horta, que, segundo Santo da Terra, *"eram o remédio que aquela floresta ainda não tinha"* (Santo da Terra em entrevista no Vídeo: Pinab – horta comunitária – vídeo completo), foram por muitas vezes utilizados para produção de chás servidos nas reuniões de equipe, bem como nas atividades educativas dos grupos da USF – Vila Saúde. Ela, dentro do PINAB, impulsionou a construção do Curso de SAN no território, e como dito anteriormente trouxe diversos representantes de outros estados e países interessados em conhecer e se aproximar da experiência da horta comunitária em uma área vulnerável.

> Foi *um polo aglutinador e difusor de diversas outras ações no contexto da SAN, da Promoção da Saúde e da Educação Popular no PINAB, e pôde, também, oferecer mecanismos (...) de incentivo e aproximação ao (...) cuidado com a terra e com o meio ambiente, bem como a preocupação com a produção de alimentos, uma vez que muitas vezes não sabemos de onde vem o alimento que consumimos* (Ana Cláudia Vasconcelos em entrevista no Vídeo: Pinab – horta comunitária – vídeo completo).

Assim, a Horta Popular Boa Esperança não só produziu frutos e hortaliças, mas produziu conhecimento, enriqueceu nossas experiências e mobilizou pessoas para a construção de um mundo melhor, além de que permitiu novos caminhos para a promoção da saúde e da SAN em nossas ações. Além de que pôde me transformar, enquanto pesquisadora e extensionista que participou ativamente de suas ações, em um ser humano e um futuro profissional comprometido com as causas populares e com a problemática da fome e da insegurança alimentar. A Horta Comunitária me proporcionou enxergar a Nutrição para além dos nutrientes e dos cálculos dietéticos, impulsionou em mim uma inclinação pela nutrição

social e comprometida com aqueles que ainda vivem em situações precárias e vulneráveis, bem como possibilitou a construção de um espaço potente e enriquecedor em que o processo dialógico, a construção coletiva e o compartilhamento de experiências e saberes foram constantes.

Eulina destaca que *"até as coisas negativas, o que não deu certo, foi um recomeço e uma ferramenta para novos aprendizados, e por isso foram necessárias e essenciais nesse processo" (Eulina, em Entrevista durante o Grupo de Discussão)*.

Dora reforça:

> *"Quando eu conheci Pedro, ele me fez um convite perguntando se poderia vir para a comunidade [desenvolver um trabalho] e eu fiquei olhando para a cara dele bem assustada me perguntando: 'O que um nutricionista quer fazer dentro da comunidade? O povo só come cuscuz com ovo!'. Me enganei! Teve muita coisa pra fazer, teve muita coisa e ainda tem. Aprendi bastante com vocês e gostaria que vocês continuassem com esse trabalho" (Dora, em Entrevista durante o Grupo de Discussão).*

Diante disso, o PINAB aprendeu muito com a experiência e a riqueza da comunidade, que se tornou um laboratório vivo de compartilhamento de histórias e de aprendizados.

> *"Não é porque a comunidade é humilde - muitos não sabem ler, que não tem uma riqueza de conhecimentos, porque tem cultura, tem saber, tem crença, tem religião, tem tudo aqui dentro. Aqui é uma universidade! E que universidade? Universidade do saber da população. E aí vocês trazem a experiência acadêmica. É uma troca" (Eulina, em Entrevista durante o Grupo de Discussão).*

Os extensionista envolvidos em todo o processo de construção da horta ressaltam a importância dela como um estratégia interdisciplinar que contribuiu para a formação crítica e comprometida desses com as classes populares.

> *Esta experiência contribuiu para o desenvolvimento de um olhar crítico e humanizado destes futuros profissionais da saúde, uma vez que propiciou aos estudantes entrarem em contato com a realidade crua vivida pelas pessoas que residem em comunidades periféricas, e conhecerem as diversas histórias no caminhar pelas ruas, ao interagirem, criarem vínculo com os moradores, e perceberem, com isso, a cultura e os ricos conhecimentos que os comunitários trocam a partir de um simples diálogo, o que desmistifica alguns pré-conceitos formados ao longo do caminho acadêmico (Relatório do Grupo Horta do PINAB 2014.2).*

A Horta Popular Boa Esperança foi, segundo um dos extensionistas do PINAB, um espaço de dialogo e de construção de conhecimento (de saberes) de forma partilhada, uma vez que dialogávamos com a população com relação as ansiedades, inquietações e desejos deles com relação ao que vinha sendo realizado. Para ele, foi um processo de contrução conjunta (Renan, em entrevista no Vídeo: Programa de Extensão PINAB – Construindo os Grupos – Saúde na Comunidade e Horta Comunitária).

Drica refere que ainda não tinha visto o PINAB, como um todo, tão empenhado em um movimento. Foi um *"projeto que envolveu e empolgou os nutricionista e os não nutricionistas também" (Drica, em Entrevista durante o Grupo de Discussão).* Foi contagiante. Era uma coisa que estava efervescente no programa como um todo e cada membro do PINAB estava comprometido com essa ação, fazendo parte do grupo ou não. O grupo horta conseguiu unir todo o programa com um único propósito, mobilizar a Boa Esperança para a construção de uma horta comunitária.

Portanto, durante a reunião realizada com a comunidade no final de 2015 para vislumbrar o futuro das nossas ações na Boa Esperança, surgiu a ideia de investir em uma Horta na USF. O PINAB propôs a equipe da USF e a apoiadora matricial da mesma, bem como médicos residentes interessados na aproximação às plantas medicinais, a proposta de construção conjunta de uma horta nos espaços ociosos da Unidade. Com isso, em fevereiro de 2016, após dois anos de existência da Horta Popular Boa esperança, foi decidido operacionalizar as propostas discutidas (VASCONCELOS *et al*., 2016).

Figura 17 Horta no Vila, Boa Esperança, 2016

4.2 Desafios

Quando a ideia de construção da horta comunitária surgiu, a impressão que Dora e a maioria dos que participaram desse processo tiveram foi que a horta "*iria para frente e que seria tirado muita coisa boa de lá" (Dora, em Entrevista durante o Grupo de Discussão).* Porém a participação dos moradores da comunidade na construção e cuidado da horta era essencial e *"acabou que na prática a comunidade não se dedicou muito, fazendo com que apenas algumas pessoas contribuíssem com o espaço" (Eulina, em Entrevista durante o Grupo de Discussão).*

> "*Se tivesse tido um cuidado diário, teria dado certo e podia está funcionando até hoje, mas a equipe (alunos, coordenadores, Santo da Terra, etc.) não podia está todo dia na horta e a comunidade não entendeu isso. A comunidade não entendeu que a horta precisava desse cuidado diário" (Santo da Terra, em Entrevista durante o Grupo de Discussão).*

A questão da participação popular foi o que sempre inquietou o grupo do PINAB. Diversas ações foram pensadas como forma de impulsionar, motivar e empolgar os moradores da Boa Esperança, e às vezes de convencê-los que a "ideia era boa e traria bons resultados". Era preciso que a comunidade se engajasse, ajudasse e atuasse como protagonista, para que em algum momento tomasse a frente e caminhasse com as próprias pernas*, "porque o pessoal que vem da universidade traz boa vontade, material, se esforça. Mas é um braço muito longe, que até já alcança demais" (Eulina, em Entrevista durante o Grupo de Discussão).* A equipe (estudantes) se forma, os médicos podem deixar aquele ambiente de trabalho, mas a comunidade fica e por isso, era essencial que os moradores levassem à diante a proposta da horta, para que ela fosse de fato uma conquista deles.

> *"Se a comunidade toda tivesse valorizado, participado, tivesse tido uma integração, uma sensibilidade do quanto a horta era importante para eles, para saúde da população comunitária desse lugar, se tivesse adquirido esse conhecimento e esse vinculo com aquilo que promove saúde pra população, talvez a comunidade tivesse dado continuidade. O problema é que a ideia foi lançada e colocada em prática, mas não houve continuidade por parte da comunidade. Hoje tem muita gente doente e a horta que tinha plantas medicinais para tratamentos não existe mais" (Eulina, em Entrevista durante o Grupo de Discussão).*

Dora relata que ficou difícil para ela como comunidade caminhar sozinha e continuar sozinha no projeto horta. Ela por varias vezes teve que se reunir com as "*lideranças lá de baixo"* para que a horta caminhasse, e por isso, questiona o porquê do pessoal da comunidade também não falar com tais lideranças. "*E se Dora morrer, a comunidade vai se acabar?" (Dora, em Entrevista durante o Grupo de Discussão).* Esse é um questionamento antigo que vez ou outra a coordenadora comunitária do PINAB coloca. Ela sozinha não dá conta de tudo, é preciso emergir outros representantes, outras lideranças que almejem melhorias para o território, que acreditem na transformação da realidade e busque alternativas para isso.

No período que Dora começou a trabalhar a tarde (outubro, novembro e dezembro de 2015), não tinha mais quem avisasse ao pessoal que o PINAB estava descendo para a horta. Mas Dora questiona: *"cadê a comunidade? É Dora a comunidade? Eu não sou a comunidade!" (Dora, em Entrevista durante o Grupo de Discussão).* Eulina faz o mesmo questionamento: *"Nós somos COMUNIDADE, COLETIVIDADE, PARTICIPAÇÃO! É correto, se Dora não estiver, a comunidade não funcionar?" (Eulina, em Entrevista durante o Grupo de Discussão).*

Esse foi um momento bastante complicado para o grupo do PINAB, uma vez que as informações de Dora e sua presença se tornaram escassas e possibilitou um afastamento ou enfraquecimento da relação comunidade-PINAB, uma vez que não tínhamos outro representante ou liderança comunitária que articulasse nossa ida com as *"lideranças lá de baixo"*, embora continuássemos presentes em nossas atividades na horta.

Drica relata como é importante o apoio da comunidade para as coisas acontecerem.

> *"Apenas duas representações (Dôra e Eulina) é pouco.* Eram apenas duas pessoas. *Será que a horta era um retrato do que a comunidade de fato queria ou um retrato do que o PINAB e as duas representantes da comunidade na coordenação do PINAB queriam? Em que medida isso interferiu no sucesso ou não a respeito da horta" (Drica, em Entrevista durante o Grupo de Discussão).*

Esses são questionamentos que fazemos e que talvez as respostas estejam claras, uma vez que refletimos sobre os rumos que o grupo tomou. Porém, vale salientar que muito se fala em insucesso, em "não dar certo". Mas em grupo discutimos que a Horta Popular Boa Esperança deu certo, funcionou e cumpriu o que se propôs enquanto esteve caminhando. Tivemos limites, tivemos dificuldades, mas "*ela aconteceu"(Drica, em Entrevista durante o Grupo de Discussão).*

De fato, a horta contagiou os estudantes, contagiou os coordenadores, mas não contagiou a parte interessada. Não contagiou a comunidade *"ao ponto de que a continuidade se prolongasse. Foi esfriando em alguns aspectos ao longo do tempo e era preciso que mais pessoas abraçassem (Drica, em Entrevista durante o Grupo de Discussão).* As divulgações aconteceram, mutirões de limpeza foram feitos, foram distribuídos à população convites, folders, produtos da horta como forma de promover e convidar mais atores para essa construção. Ou seja, não foi por pouca mobilização ou falha de um ou de outro. Mas por motivos mais profundos. Talvez não fosse o momento, talvez a comunidade não acreditasse na proposta como alternativa para enfrentar determinada situação e realidade vivida no território. E isso deve ser respeitado.

Foi um período longo desde pensar na horta, começar articular e ela de fato acontecer. Várias estratégias aconteceram, repensamos e refletimos novas estratégias e novas abordagens (porque inclusive é uma característica do Programa). Contudo, a comunidade não reagiu, inclusive parceiros do PINAB, que participaram de outros grupos em momentos diferentes durante esses quase 10 anos do Programa na Comunidade Boa Esperança, não se motivaram ou não acreditaram na proposta. Ou seja, pessoas que conhecem o trabalho que desenvolvemos não apostaram na Horta e como reflexo disso, aqueles que ainda não nos conheciam também não apostaram. Com isso, refletimos que a horta comunitária foi uma necessidade dos poucos que estavam envolvidos, da pouca comunidade envolvida. E caímos no mesmo questionamento: "*até que ponto isso foi um desejo da comunidade?" (Drica, em Entrevista durante o Grupo de Discussão).*

Alguns moradores, na divulgação já diziam que a horta não iria dá certo, "*porque naquela comunidade nada dava certo" (Fala de um morador em conversa informal durante uma das divulgações pela Comunidade).* É preciso que exista também pessoas que queiram que as coisas aconteçam.

> *Para tanto, refletimos que houve uma avaliação errada por parte do PINAB, quando se achava que as pessoas da comunidade tinham interesse na construção de uma horta comunitária e que iriam se mobilizar ao ver os primeiros passos dessa construção. Porque se a maioria tivesse interesse, teria sido um processo natural. Se a horta de fato fosse um sonho e um desejo dessa comunidade, ela estaria rendendo frutos até hoje (Drica, em Entrevista durante o Grupo de Discussão).*

O PINAB, como Programa, conseguiu contagiar as pessoas mais velhas e as crianças. A criançada porque tem curiosidade de conhecer as coisas novas, elas estão mais abertas ao

novo, o que nem sempre acontece na fase adulta, na realidade dura da vida, *"do ter e não ter e do que precisa ter" (Drica, em Entrevista durante o Grupo de Discussão).* E isso nos relembra as duras palavras do rapaz quando ele disse *"isso não vai dá certo aqui! Aqui nada disso dá certo" (Fala de um morador em conversa informal durante uma das divulgações pela Comunidade).*

Figura 18 Participação de uma criança da Horta, Boa Esperança, 2015

Somado a isso, refletimos que esses dois públicos são bastante vulneráveis no sentido de autonomia, uma vez que as pessoas mais idosas tem dificuldade de locomoção e as crianças tem dificuldade com relação a dependência aos responsáveis, além de que o universo infantil tem suas particularidades, sendo em alguns momentos as brincadeiras mais interessantes do que o trabalho na horta. Aliado a isso, tivemos a presença de crianças com histórico familiar complicado, por exemplo, a mãe de uma criança que foi presa e, por isso, tiveram que sair da comunidade, ou um jovem que também teve que se mudar por causa de ameaças de morte, entre outros fatores que tornavam esses dois grupos frágeis e que com o tempo dificultaram as ações.

Figura 19 Crianças que participavam ativamente da Horta, Boa Esperança, 2015

Para Dora, outra barreira relacionada a pouca participação da comunidade é a acomodação, "*porque se encostar um caminhão de batata, de macaxeira, a comunidade todinha vai se mobilizar para distribuir, mas para construir algo é mais difícil" (Dora, em Entrevista durante o Grupo de Discussão).* Comodismo inclusive relacionado à dependência da presença de Dora para tudo. As pessoas se acostumaram com a iniciativa e o protagonismo dela e isso impede o aparecimento de novas lideranças. Já para Eulina, a comunidade não teve interesse, porque com o tanto de divulgação, o que foi oferecido, o resultado que teve dentro da horta, o resultado na comunidade, coisas boas que aconteceram, o esforço de todos usando estratégias para dá certo e a comunidade ainda disse: *"não vou"/ "não quero"(Eulina, em Entrevista durante o Grupo de Discussão).* E o que está por trás de tudo isso é a falta de interesse da comunidade, segundo ela.

> *"É aquela história, não é interessante pra mim. A questão da coletividade não interessa mais para ninguém em comunidade nenhuma. E essa realidade não é só Cristo não, sabe por quê? Porque eu trabalho com alfabetização de jovens e adultos, projeto Sal da Terra. Hoje a gente conseguiu 17 salas de aula, mas foi uma luta para manter uma sala de aula com mais de 10 alunos, porque os alunos não querem estudar. Eles não pagam nada, o professor está lá, o material didático está nas mãos, o transporte está na mão, a comunidade oferece a sala com energia, a carteira e ele diz: 'Não vou estudar, não quero" (Eulina, em Entrevista durante o Grupo de Discussão).*

Com isso, o "sopro" chegou. E não foi apenas um fato que contribuiu para o fim das ações na horta, mas um conjunto de acontecimentos que culminaram nisso. Alias, segundo

Pedro, esse sopro adiantou o que iria acontecer mais cedo ou mais tarde, e se ele não tivesse acontecido, talvez só decidiríamos um encerramento de outra forma, já que a comunidade não assumiu a horta para si e não era papel do PINAB estar a frente, mas sim impulsionar e possibilitar caminhos possíveis para a concretização das ações.

> *O grupo de extensionistas, diante de todas as dificuldades, procurou junto aos participantes da Horta construir um importante espaço de convívio e aprendizagem, onde a troca de saberes e experiências foram constantes e enriquecedoras para cada um dos envolvidos (Relatório do Grupo Horta do PINAB 2014.2).*

Portanto, após a ausência de Dora, a instabilidade da comunidade com relação a segurança, a troca das *"lideranças lá de baixo"*, a saída dos veteranos do PINAB do grupo da horta e chegada de novos integrantes, a falta de vinculo desses com a comunidade, os recessos e greves universitárias, entre tantos outros fatos que enfraqueceram as ações culminaram no fim das atividades da horta no final do ano de 2015. Contudo, o PINAB deu continuidade aos diversos desdobramentos que foram citados nesse trabalho como consequência da experiência.

Figura 20 Horta Popular Boa Esperança, Boa Esperança, 2015

Figura 21 Extensionista do PINAB com a muda de Ipê, Boa Esperança, 2015

Figura 22 Pesquisadora e Orientador deste trabalho, Boa Esperança, 2015

Figura 23 Crianças e extensionista do PINAB em atividade na Horta, Boa Esperança, 2015

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo surgiu a partir de vivências e inquietações durante minha trajetória na Extensão, principalmente na minha inserção em um grupo operativo do Programa PINAB comprometido com a construção de uma horta comunitária. Acompanhando de perto as ações teóricas e práticas, conhecendo a realidade local daquela comunidade, reconhecendo suas conquistas e dificuldades, e acreditando na Educação Popular enquanto metodologia libertadora, que luta por uma sociedade participativa, pude pesquisar sobre esse processo de construção, de forma a permitir identificar as conquistas que a Horta Popular Boa Esperança trouxe para mim, enquanto extensionista, para o PINAB e sobretudo para a comunidade, e compreender os limites e desafios da participação social, no que tange à busca por melhorias e a construção de uma identidade coletiva.

Após as reflexões decorrentes da pesquisa, pode-se constatar que a Horta Comunitária é uma estratégia potente para a promoção da SAN, uma vez que aborda o sistema alimentar em sua integralidade, desde a produção do alimento até o acesso e consumo desses, favorecendo a legitimidade dos saberes e práticas populares e contribuindo com práticas sustentáveis. Assim, na medida em que aproxima os sujeitos da terra e do alimento produzido, aborda a questão alimentar para além do modelo prescritivo e biologicista. Além de ser um espaço educativo e transformador, principalmente no contexto aqui relatado, uma vez que o PINAB sempre buscou ao longo dessa construção, não apenas promover atividades de plantio, mas principalmente, atividades de compartilhamento de saberes e experiências, bem como atividades integrativas de criação de vínculo.

As experiências que tive na extensão foram marcantes, seja na minha inserção numa realidade social diferente da qual sempre estive acostumada ou na relação com novos aprendizados e saberes que não seriam possíveis de se compartilhar apenas na universidade. Foi preciso mergulhar em uma comunidade, mais precisamente na Boa Esperança, para perceber as contradições do mundo em que vivemos e compreender que outra realidade é possível e que precisamos lutar para que a transformação aconteça.

Com o grupo de discussão, pude aprender os sentidos e os significados atribuídos na experiência da Horta Popular Boa Esperança para o demais integrantes do grupo, tanto do PINAB quanto da comunidade, e perceber a partir das reflexões conjuntas durante o Grupo de Discussão as fragilidades e potencialidades dessa experiência.

Apesar de nossa inserção nesse espaço ter chegado ao fim no final do ano de 2015, vez ou outra, chega aos nossos ouvidos que a Horta Popular ainda está viva. Comunicam-nos informalmente que alguém da comunidade tem cuidado da terra e produzido dentro do espaço, utilizando o mesmo nome ao qual batizamos. Ao tentarmos mais informações, nos esbarramos nas incertezas que as próprias pessoas têm sobre essa situação. Fato é que, se alguém da comunidade assumiu a Horta Popular e a tem mantido, ela tem feito o que já esperávamos a tempos: protagonizar a construção de uma horta comunitária na Boa Esperança. Contudo, não temos conhecimento de como tem se dado essa relação dentro do espaço. Se ela tem sido comunitária ou de poucos envolvidos que tomaram para si como algo particular. Para nós ficam as incertezas e dúvidas quanto ao fato.

Portanto, a partir de nossa experiência, avaliamos que a Horta Popular Boa Esperança foi um fio condutor, que energizou diversas relações adormecidas no PINAB e fez emergir novas frentes de ação, bem como impulsionou aprendizados e reflexões sobre o sistema alimentar ao qual estamos inseridos e principalmente sobre a mobilização, participação popular e construção coletiva de novos caminhos e possibilidades de transformação.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, I.C.; SOUSA, L.M.P. Educação Popular em Saúde: bases conceituais. *In:* CRUZ, P.J.S.C; VASCONCELOS, A.C.C.P; SOUSA, L.M.P; TÓFOLI, A.M.M.A; CARNEIRO, D.G.B; ALENCAR, I.C. (Org). **Educação Popular e Nutrição Social: reflexões e vivências com base em uma experiência**. João Pessoa: UFPB, 2014.

ALTIERI, A. Agroecologia: principios y estrategias para uma agricultura sustentable em America Latina del siglo XXI (Tradução de CAPORAL, F.R.). *In:* MOURA, E.G.; AGUIAR, A.C.F. **O desenvolvimento rural como forma de aplicação dos direitos no campo: princípios e tecnologias.** São Luís: UEMA, 2006.

AQUINO, A.M.; MONTEIRO, D. Agricultura Urbana. *In:* AQUINO, A.M.; ASSIS, R.L. **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília: Embrapa, 2005.

AQUINO, A.M.; ASSIS, R.L. **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília: Embrapa, 2005.

ARAUJO, A.M.; SILVA, A.M.B.; SOARES, F.L.; CRUZ, P.J.S.C.; ARAUJO, R.S. Grupo Saúde na Comunidade: Espaço de Diálogo e Aprendizagem no Contexto de uma Horta Comunitária. *In:* CRUZ, P.J.S.C.; VASCONCELOS, A.C.C.P.; ARAUJO, R.S. (Org.). **Pesquisa em Extensão Popular no Programa PINAB: produções acadêmicas em 2014**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2014a.

ARAUJO, R.S.; CRUZ, P.J.S.C.; MEDEIROS, V.T.A.; RODRIGUES, A.P.M.E. Educação Popular em Saúde na Extensão Universitária: Relato de uma Experiência Humanizante na Construção de uma Horta Comunitária. *In:* CRUZ, P.J.S.C.; VASCONCELOS, A.C.C.P.; ARAUJO, R.S. (Org.). **Pesquisa em Extensão Popular no Programa PINAB: produções acadêmicas em 2014**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2014b.

BORTOLON, B.; MENDES, M. S. S. A Importância da Educação Ambiental para o Alcance da Sustentabilidade. **Revista Eletrônica de Iniciação Científica**. Itajaí, v. 5. n.1, p. 118-136, 2014.

BRANCO, M. C; ALCANTARA, F. A.; MELO, P. E. **O Projeto Horta Urbana de Santo Antonio do Descoberto**. Brasília: Emprapa Hortaliças, 2007.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, com vistas a assegurar o DHAA e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. 18 set. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm>. Acesso em: 25 set. 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea. **Avanços e Desafios na Implementação de Direito Humano à Alimentação Adequada**. Brasília, CONSEA, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. **O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar.** Brasília: ABRANDH, 2013a.

Brasil. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria n. 2.761, de 19 de novembro de 2013b. Institui a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (PNEPS-SUS)**. Disponível em: < http://www.saude.campinas.sp.gov.br/lista_legislacoes/legis_2013/U_PT-MS-GM-2761_191113.pdf>. Acesso em: 11 nov 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico – Vigitel 2014**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome - MDS. **Educação Alimentar e Nutricional: uma estratégia para a promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada**. Brasília: MDS, 2014.

BRASIL. Rede de Apoio à Implementação de SISAN. **Por que devemos nos importar com o direito humano à alimentação adequada?** 2016. Disponível em: <http://opsanrais.ning.com/blog/por-que-devemos-nos-importar-com-o-direito-humano-a-alimentacao-a>. Acesso em: 10 maio 2016.

BRESSAN, A. **A Participação Juvenil no Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas: contribuições da análise documental para a identificação de estratégias de promoção da saúde.** 2011. 237f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. Rio de Janeiro, 2011.

BURLANDY, L. Segurança alimentar e nutricional e saúde pública. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.24, n.7, July 2008.

BURLANDY, L. A atuação da sociedade civil na construção do campo da Alimentação e Nutrição no Brasil: elementos para reflexão. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, 2011, p. 63-72 2011.

CANANEA, F.A.A.L.C. **Educação Popular e Identidade Cultural**. João Pessoa: Editora Imprell, 2016.

CAMARGO, J.R.; KENNETH, R.; BOSI, M.L.M. Editorial: Metodologia qualitativa e pesquisa em saúde coletiva. **Physis**, Rio de Janeiro, v.21, n.4, Dec. 2011.

CARNEIRO, D.G.B.C.; RODRIGUES, A.P.M.E.; CARDOSO, E.L.S.; BATISTA, L.D.; TÓFOLI, A.M.M.A.; CRUZ, P.J.S.C. Reconfigurando as ações do PINAB: novos caminhos, outros desafios. *In:* CRUZ, P.J.S.C.; VASCONCELOS, A.C.C.P.; SOUSA, L.M.P.; TÓFOLI, A.M.M.A.; CARNEIRO, D.G.B.; ALENCAR, I.C (Org.). **Educação Popular e Nutrição Social: reflexões e vivencias com base em uma experiência.** João Pessoa: UFPB, 2014.

CALADO, A.J.F. Educação Popular como processo humanizador: quais protagonistas? *In:* CRUZ, P.J.S.C.; VASCONCELOS, A.C.C.P.; SOUSA, L.M.P.; TÓFOLI, A.M.M.A.; CARNEIRO, D.G.B.; ALENCAR, I.C (Org.). **Educação Popular e Nutrição Social: reflexões e vivencias com base em uma experiência.** João Pessoa: UFPB, 2014.

CASTELO BRANCO, M; ALCÂNTARA, F.A. Hortas urbanas e periurbanas: o que nos diz a literatura brasileira? **Horticultura Brasileira.** Santo Antônio de Goiás – GO. p. 421-428., 2011.

CELLARD, A. A Análise Documental. *In:* POUPART, J.; DESLAURIERS, J.P.; GROULX, L.H.; LAPERRIÈRE, A.; MAYER, R.; PIRES, A.P. A Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos / tradução de Ana Cristina Nasser. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

COSTA, C.G.A; GARCIA, M.T; RIBEIRO, S.M; SALANDINI, M.F.S; BÓGUS, C.M. Hortas Comunitárias como Atividade Promotora de Saúde: uma experiência em Unidades Básicas de Saúde. Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo. **Revista Ciência & Saúde Coletiva,** 2015.

CRUZ, P.J.S.C. **Extensão Popular**: **a pedagogia da participação estudantil em seu movimento nacional**. 2010. 339f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

CRUZ, P.J.S.C; MELO NETO, J.F. Educação popular e nutrição social: considerações teóricas sobre um diálogo possível. **Interface,** Botucatu, v. 18, supl. 2, p. 1365-1376, 2014

CRUZ, P.J.S.C. **Agir crítico em nutrição: uma construção pela educação popular**. 2015. 513f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

DIAS, E.F. A fome, a pobreza e o Direito Humano à Alimentação Adequada. **Revista Jurídica Unigram**, Dourados, v. 11, n. 21, p. ????, jan./jun. 2009.

FAO. **O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: um retrato multidimensional.** Brasília: 2014.

FERREIRA, A.B.H. **Dicionário Eletrônico Aurélio Século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira e Lexikon Informática, 1999.

FLEURI, R.M. Educação popular na escola pública. **Edu. E Filos**., Uberlândia, v. 4, n. 8,p. 159-162, jan./jun.1990.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 8.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FREIRE, P. Pacientes impacientes. In: BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno de Educação Popular e Saúde**. Brasília, 2007.

GADAMER, H. **Verdade e Método**. Petrópolis: Vozes, 1999.

GALLO, Z.; MARTINS, L.A.T.P.; PERES, M.T.M. Pobreza, meio ambiente e economia solidária: o caso de Piracicaba. **Ver. FAE**, Curitiba, v. 8, n.. 1, p. 39-50, jan/jun. 2005.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HOLLIDAY, O.J. El Reto de Teorizar sobre la Práctica para Transformala. *In*: GADOTTI, M.; TORRES, C.A. (Org.). **Educação Popular: utopia latino-americana**. São Paulo: USP, 1994.

HOLLIDAY, O. J. **Para Sistematizar Experiências**. 1ª ed. João Pessoa: Editora Universitária UFPB. 1996.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Metodologia científica**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1995.

MACEDO, D.C.; TEIXEIRA, E.M.B.; JERÔNIMO, M.; BARBOSA, O.A.; OLIVEIRA, M.R.M. A construção da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. **Revista Simbio-Logias**, v. 2, n. 1, mai. 2009.

MACHADO, A.T.; MACHADO, C.T.T. **Agricultura Urbana**. Planaltina: Embrapa, 2002.

MONKEN, M.; BARCELLOS, C. Vigilância em saúde e território utilizado: possibilidades teóricas e metodológicas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 898-906, jun. 2005.

MANGOLD, W. **Gegenstand und methode des gruppendiskussionsverfahrens**. Frankfurt: am Main, 1960.

MELO NETO, J.F. Pesquisa-ação (aspectos práticos da pesquisa-ação nos movimentos sociais populares e em extensão popular). *In*: RICHARDSON, R.J. (Org.). **Pesquisa-ação: princípios e métodos.** 1.ed. João Pessoa: UFPB, 2003.

MELO, A.P.G. **Agricultura Familiar e Economia Solidária: as experiências em gestão de bens comuns e inserções nos mercados por organizações rurais do estado de Minas Gerais**. 2005. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2005.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo, HUCITEC, 2014.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11ª ed. São Paulo, HUCITEC, 2008.

PACTO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS – PIDESC. Comentário Geral N.º 12: ARTIGO 11.O (O DIREITO A UMA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA). Vigésima sessão, 1999.

PEREIRA, D.F.F.; PEREIRA, E.T. Revisitando a história da educação popular no Brasil: Em busca de um outro mundo possível. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 40. dez. 2010.

PINAB – Horta Comunitária – Vídeo Completo. João Pessoa: Equipe Mídias - VEPOP, 2015. 10’48’’. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iTNaehkG18M>. Acesso em: 22 nov 2016.

PINHEIRO, A.R.O.; CARVALHO, M.F.C.C. Transformando o problema da fome em questão alimentar e nutricional: uma crônica desigualdade social. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 121-130, jan. 2010.

PULGA, V.L. A Educação Popular em Saúde como Referencial para as nossas práticas na saúde. *In*: BRASIL. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **II Caderno de educação popular em saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

RIBEIRO, S.M. **Agricultura Urbana Agroecológica sob o olhar da Promoção da Saúde: a experiência do projeto colhendo sustentabilidade – EMBU das artes - SP**. 2013. 237f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública),Faculdade de Saúde Pública da USP, São Paulo, 2013.

RIBEIRO, S.M.; BÓGUS, C.M.; WATANABE, H.A.W. Agricultura Urbana Agroecológica na Perspectiva da Promoção da Saúde. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 730-743, 2015.

RODRIGUES, A.P.M.E.; TOFOLI, A.M.M.A.; CARNEIRO, D.G.B.; CARDOSO, E.L.S.; BATISTA, L.D.; CRUZ, P.J.S.C. Práticas Integrais de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica: reflexões sobre os novos caminhos de um projeto de extensão In: Seminário Nacional de Pesquisa em Extensão Popular, n.2, 2016, João Pessoa. **Anais do II Seminário Nacional de Pesquisa em Extensão Popular**, João Pessoa. Editora: UFPB, 2013.

RODRIGUES, A.P.M.E.; VASCONCELOS, A.C.C.P. Horta Popular Boa Esperança: uma estratégia de promoção do direito humano à alimentação adequada. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DA REDE UNIDA, n.12, 2016, Campo Grande. **Anais do 12º Congresso Interbacional da Rede Unida. Suplemento Revista Saúde em Redes.** v. 2 n. 1, 2016. Disponível em: <http://conferencia2016.redeunida.org.br/ocs/index.php/congresso/2016/paper/view/2630>. Acesso em: 17 ago. 2016.

SANTOS, L.A.S. Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 18, n. 5, p. 681-692, out. 2005.

SALVIANI, R. **Participação e Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. E-Papers, 2013.

SCHMIDT, M.I.; DUNCAN, B.B.; SILVA, G.A.; MENEZES, A.M.; MONTEIRO, C.A.; BARRETO, S.M.; CHOR, D.; MENEZES, P.R. Chronic non-communicable diseases in Brazil: burden and current challenges. **Lancet.** v. 377, n. 9781, p. 1949-1961, 2011.

TAVARES, M.J.P. **Horta Popular Boa Esperança: Relato de uma Experiência de Promoção da Saúde e da Segurança Alimentar e Nutricional.** 2016. 46f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso – Nutrição). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2016.

THIOLLENT, M.J. M.. A Metodologia Participativa e sua Aplicação em Projetos de Extensão Universitária. **In: III SEMPE - Seminário de Metodologia de Projetos de Extensão**, 1999, São Carlos. Metodologia e Experiências em Projetos de Extensão. Niterói : EDUFF, 1999.

VALENTE, F.L.S.; FRANCESCHINI, T.; BURITY, V. Instrumentos e Mecanismos Não Judiciais de Exigibilidade do Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil. *In*: PIOVESAN, F.; CONTI, I.L. (Coord.). **Direito Humano à Alimentação Adequada**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris Editora, 2007.

VALENTE, F.L.S. **Direito Humano à Alimentação – desafios e conquistas**. São Paulo: Cortez, 2002.

VASCONCELOS, F.A.G. Josué de Castro e a Geografia da fome no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 11, p. 2710-2717, nov, 2008.

VASCONCELOS, A.C.C.P. **Práticas educativas em Segurança Alimentar e Nutricional: a experiência da Estratégia Saúde da Família em João Pessoa PB**. 2013. 298f. Tese (Doutorado em Saúde Pública), Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2013.

VASCONCELOS, A.C.C.P.; PEREIRA, I.D.F.; CRUZ, P.J.S.C. Educação Popular e a Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional em Comunidades: desafios com base em uma experiência de extensão. *In*: VASCONCELOS, E.M.; CRUZ, P.J.S.C. **Educação Popular na Formação Universitária: reflexões com base em uma experiência.** São Paulo: Hucitec; João Pessoa: UFPB, 2011.

VASCONCELOS, A.C.C.P.; TAVARES, M.J.P.; RODRIGUES, A.P.M.E. Horta Comunitária: uma estratégia de promoção da Segurança Alimentar e Nutricional. *In*: ENCONTRO DE EXTENSÃO, n. 15, 2014, João Pessoa. **Anais do XV Encontro de Extensão - UFPB.** 2014. Disponível em: < http://www.prac.ufpb.br/antigo/anais/XVENEX/resumos/saude.html>. Acesso em: 17 nov. 2016.

VASCONCELOS, A.C.C.P.; BOTELHO, B.O.; PEREIRA, E.A.A.L.; VIEIRA, G.N.; ABÍLIO, I.S. O Processo de Construção de uma Horta na Unidade de Saúde com Base nos Princípios da Educação Popular. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EXTENSÃO POPULAR, n. 3, 2016, João Pessoa. **Anais do III Seminário Nacional de Pesquisa em Extensão Popular**, João Pessoa. Editora: UFPB, 2016.

VASCONCELOS, E.M. Educação popular, um jeito de conduzir o processo educativo. *In:* VASCONCELOS, E.M.; CRUZ, P.J.S.C. (Org.). **Educação popular na formação universitária: reflexões com base em uma experiência**. São Paulo: Hucitec; João Pessoa: UFPB, 2011.

WELLER, W. *et al*. Grupos de discussão na pesquisa com adolescentes e jovens: aportes teórico-metodológicos e análises de uma experiência com o método. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 32, n. 2, ago. 2006.

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esta pesquisa é intitulada “Hortas Comunitárias, Educação Popular e Segurança Alimentar e Nutricional: Aprendizados e Desafios com Base em uma Experiência” e está sendo desenvolvida por Ana Paula Maia Espíndola Rodrigues, aluno(a) do Curso de Nutrição da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do Prof. Pedro José Santos Carneiro Cruz.

O objetivo do estudo é explicitar de forma mais elaborada os caminhos pelos quais a construção de uma horta comunitária favorece a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional em comunidades a partir de uma experiência de Educação Popular.

A finalidade deste trabalho é Realizar um resgate histórico da experiência de construção de uma horta comunitária, analisar criticamente o processo de construção de dessa experiência na perspectiva da Educação Popular, perceber o que possibilitou, dentro dessa construção, promover a Segurança Alimentar e Nutricional e observar o que a Educação Popular agregou nesse processo.

A sua participação na pesquisa é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição(quando for o caso).

Solicito sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de saúde e no Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do grau de bacharel em Nutrição.

O(s) pesquisador(es) estará(ão) a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

_____

Assinatura do Participante da Pesquisa

_____

Assinatura do(a) Pesquisador(a)

_____

Assinatura do(a) Orientador(a)

Endereço do Pesquisador Responsável:
Rua Hildebrando Tourinho, 570. Edifício Firenze - apto 501. Bairro Miramar.
Telefone para contato: 83 98812-4895
Orientador responsável:
Prof. Dr. Pedro José Santos Carneiro Cruz - Departamento de Promoção da Saúde/ Centro de Ciências Médicas / Universidade Federal da Paraíba. Matrícula SIAPE 2884817. CPF 054.997.704-09. Telefone: (83) 98888-7859.

Endereço do Comitê de Ética em Pesquisa – CCS:
Universitário, S/N, Castelo Branco, CEP: 58 051-900, João Pessoa – PB.
Telefone para contato: (83)3216-7791

APENDICE B

QUESTIONÁRIO DA PESQUISA:
HORTAS COMUNITÁRIAS, EDUCAÇÃO POPULAR E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: APRENDIZADOS E DESAFIOS COM BASE EM UMA EXPERIÊNCIA

1. Reconstituição histórica do processo de construção da Horta Popular Boa Esperança

   - Quais acontecimentos demarcaram o inicio e o fim da horta?
   - Entre o primeiro marco e o último, quais acontecimentos aconteceram?
2. Análise crítica desse processo

   - O que vocês acharam do processo de construção da horta?
   - Que análise vocês fazem?

3. Aspectos positivos e negativos.

APENDICE C

DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA

Declaro que, enquanto moradora do bairro do Cristo e militante de movimentos sociais e comunitários na comunidade de Jardim Boa Esperança, tenho conhecimento e estou de acordo com o desenvolvimento da pesquisa de título “HORTAS COMUNITÁRIAS, EDUCAÇÃO POPULAR E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: APRENDIZADOS E DESAFIOS COM BASE EM UMA EXPERIÊNCIA”.

Ainda informo que será promovida um grupo de discussão com os envolvidos na construção da Horta Popular Boa Esperança, a fim de fazer um relato histórico através de uma linha do tempo e uma análise crítica desse processo.

João Pessoa-PB, 03 de junho de 2016.

_____

RG:

CPF:

ANEXO

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS MÉDICAS/CCM

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: INTERFACES ENTRE EDUCAÇÃO POPULAR E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: REFLEXÕES A PARTIR DE UMA HORTA COMUNITÁRIA

Pesquisador: Pedro José Santos Carneiro Cruz

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 62106716.0.0000.8069

Instituição Proponente: UFPB - Centro de Ciências Médicas/CCM

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.843.231

Apresentação do Projeto:

Pesquisa acadêmica para Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), estruturada a partir de uma experiência de Extensão Popular desenvolvida pelo programa Práticas Integrais e Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica –PINAB, vinculado ao Departamento de Promoção da Saúde e ao Departamento de Nutrição da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), tendo como pesquisadores ANA PAULA MAIA ESPÍNDOLA RODRIGUES e PEDRO JOSÉ SANTOS CARNEIRO CRUZ (Professor Orientador).

O caminho investigativo será construído através de uma pesquisa de campo com abordagem qualitativa de caráter observacional. A pesquisa será realizada na comunidade Boa Esperança, localizadas no bairro do Cristo Redentor em João Pessoa- PB. Os sujeitos participantes serão: a) 03 (três) moradoras/lideranças da comunidade; b) 02 (dois) estudantes extensionistas do PINAB; c) 01 (um) técnico em horta; d) 1 (uma) nutricionista coordenadora do Programa PINAB. O roteiro será composto das seguintes questões geradoras: a) reconstituição do processo de construção da Horta Popular Boa Esperança; b) Análise crítica desse processo; c) Aspectos positivos e negativos.Será utilizada a gravação das discussões e o tratamento e análise dos materiais, a gravação obtida no grupo de discussão será transcrita na íntegra, com posterior leitura flutuante e exaustiva do

material e estruturação dos resultados em análise do conteúdo, utilizando da hermenêutica-dialética.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo geral:Explicitar de forma mais elaborada os caminhos pelos quais a construção de uma horta comunitária favorece a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional em comunidades a partir de uma experiência de Educação Popular

Objetivos Específicos

Realizar um resgate histórico da experiência de construção de uma horta comunitária
Analisar criticamente o processo de construção de uma horta comunitária na perspectiva da Educação Popular
Perceber o que possibilitou, dentro dessa construção, promover a Segurança Alimentar e Nutricional
Observar o que a Educação Popular agregou dentro desse processo

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos e os benefícios foram destacados seguindo as recomendações da Resolução 466/12, CNS, MS.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

É uma pesquisa relevante, estando o projeto bem elaborado nos seus aspectos éticos e metodológicos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram devidamente apresentados (Folha de Rosto, Projeto completo, Declaração de Aprovação do Departamento de promoção da Saúde (DPS) , TCLE, modelo questionário), possibilitando uma adequada avaliação no que se refere aos aspectos éticos da pesquisa em tela.

Recomendações:

Modificar o nome e endereço do CEP no TCLE (do CCS para o CEP CCM responsável pela aprovação

do protocolo de pesquisa)-CENTRO DE CIÊNCIAS MÉDICAS/CCM – 3º andar, Sala 14- Cidade Universitária - Campus I /UFPB-Telefone:(83) 3216.7619 E-mail: comitedeetica@ccm.ufpb.br

Também, que sejam observadas em todas as etapas da pesquisa os preceitos éticos que envolvem a pesquisa com seres humanos.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências. Favorável ao desenvolvimento do estudo, considerando que o projeto de pesquisa segue o rigor ético e científico.

Considerações Finais a critério do CEP:

Protocolo de pesquisa APROVADO em Reunião Ordinária realizada no dia 30 de novembro de 2016, pelo Comitê de Ética do Centro de Ciências Médicas - CCM/UFPB.

Ressaltamos que, após o término da pesquisa, deverá ser incluído, o RELATÓRIO FINAL referente à pesquisa, via Plataforma Brasil,através do ícone NOTIFICAÇÃO.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_828296.pdf	18/11/2016 10:07:02		Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	certidao_de_aprovacao_dps.jpg	18/11/2016 09:58:31	Pedro José Santos Carneiro Cruz	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	18/11/2016 09:58:05	Pedro José Santos Carneiro Cruz	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_CEP.docx	18/11/2016 09:57:28	Pedro José Santos Carneiro Cruz	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto3.docx	18/11/2016 09:57:00	Pedro José Santos Carneiro Cruz	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 30 de Novembro de 2016

Assinado por:
Iaponira Cortez Costa de Oliveira
(Coordenador)

Endereço: Centro de Ciências Médicas, 3º andar, Sala 14 - Cidade Universitária Campus 1
Bairro: CASTELO BRANCO **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7617 **E-mail:** comitedeetica@ccm.ufpb.br